

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Maria Eduarda Munaro

Descentralização político-administrativa: uma análise de Santa Catarina entre 2003 e 2018

Florianópolis

2022

Maria Eduarda Munaro

Descentralização político-administrativa: uma análise de Santa Catarina entre 2003 e 2018

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof. Lauro Francisco Mattei, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra

Munaro, Maria Eduarda

Descentralização político-administrativa : uma análise de Santa Catarina entre 2003 e 2018 / Maria Eduarda Munaro ; orientador, Lauro Francisco Mattei, 2022.

64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Descentralização político administrativa. 3. Desigualdade regional. 4. PIB. 5. Santa Catarina. I. Mattei, Lauro Francisco. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Maria Eduarda Munaro

Descentralização político-administrativa: uma análise de Santa Catarina entre 2003 e 2018

Florianópolis/SC, 11 de março de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Lauro Francisco Mattei, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Guilherme de Oliveira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ivo Marcos Theis, Dr.
Fundação Universidade Regional de Blumenau

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por nós e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Lauro Francisco Mattei, Dr.
Orientador

Florianópolis/SC, 2022

Aos meus pais, que com muito trabalho tornaram possível a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amados pais, Miriam Maria Vanz Munaro e Alberto Camilo Munaro, por terem me dado total apoio e incentivo durante toda a minha vida. Sem vocês, chegar até aqui não seria possível, esse título é também de vocês.

A toda a minha família, em especial à minha irmã Zélia Fernandes, por ter torcido por mim durante toda a minha trajetória, e a minha avó Elizabete Ledi Vanz (*in memoriam*), por ter me mostrado que sempre é possível ultrapassar as dificuldades.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina por ter me recebido de braços abertos e se tornado uma segunda casa durante esses anos, possibilitando aos que por aqui passam ensino gratuito e de qualidade.

Ao meu companheiro Caciano dos Santos Machado, por ter sido companhia nessa pandemia e na construção dessa monografia, seu afeto e apoio foram fundamentais.

Agradeço às minhas grandes amigas Lara Lima Felisberto e Lara Peretti Schüller, que nesses inúmeros anos de amizade dividiram, de perto e de longe, experiências comigo, sendo essa mais uma das que entra na conta.

À minha querida amiga Manoela Eduarda Werlich, que entre inúmeras risadas e algumas lágrimas, viveu comigo a experiência que foram esses anos de curso, por ser a grande amizade da graduação que levo para a vida.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação, desde minha alfabetização até o presente momento. Em especial, ao Professor Lauro Francisco Mattei, agradeço imensamente por toda a contribuição sendo orientador deste trabalho, pela oportunidade em ingressar no NECAT e pelas inúmeras aulas, que sem dúvida alguma, foram imprescindíveis para a profissional que venho a me tornar.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT), por todas as experiências trocadas durante o período em que pude fazer parte do núcleo e por toda dedicação que dispõem à pesquisa.

A todas as mulheres que vieram antes de mim e todos que aqui não foram mencionados, mas que de alguma forma cruzaram meu caminho. Diz o ditado que “É preciso de uma vila inteira para criar uma criança”, mas não somente uma criança.

RESUMO

Em 2003 foi implementada em Santa Catarina a estratégia de descentralização político-administrativa, que tinha como objetivo reduzir as desigualdades regionais do estado e evitar a continuidade do processo de litoralização populacional. O objetivo central do estudo foi analisar as implicações do processo de descentralização político-administrativa sobre o desenvolvimento regional catarinense a partir do comportamento do Produto Interno Bruto das mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina entre os anos de 2003 e 2018, período de vigência da descentralização. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a coleta da série do PIB das mesorregiões e microrregiões catarinenses disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o deflacionamento de toda a série tendo como base o ano de 2003, e a análise dos resultados ao longo do período de vigência da descentralização, buscando comparar o cenário de 2003 com o de 2018. Os resultados indicam que não ocorreram alterações significativas nas desigualdades regionais de Santa Catarina diante do fim da estratégia de descentralização político-administrativa, uma vez que o cenário de concentração do PIB não foi amenizado ao longo dos anos, ao contrário, acabou se agravando ainda mais. Logo, o processo de descentralização político-administrativa não foi capaz de cumprir com seu objetivo de interromper o processo de litoralização domiciliar da população catarinense.

Palavras-chave: Descentralização político-administrativa. Desigualdade regional. PIB. Santa Catarina.

ABSTRACT

In 2003, the political-administrative decentralization strategy was implemented in Santa Catarina, aiming to reduce regional inequalities in the state and avoid the continuation of the process of population coastalization. The main objective of the study was to analyze the implications of the political-administrative decentralization process on Santa Catarina's regional development based on the behavior of the Gross Domestic Product from the mesoregions and microregions of Santa Catarina between the years 2003 and 2018, period of validity of decentralization. The methodological procedures used were the collection of the GDP series of the Santa Catarina's mesoregions and microregions made available by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the deflation of the entire series based on the year 2003, and the analysis of the results throughout the period of validity of decentralization, seeking to compare the scenario of 2003 with that of 2018. The results indicate that there were no significant changes in Santa Catarina's regional inequalities at the end of the political-administrative decentralization strategy, since the scenario of concentration of the GDP was not reduced over the years, on the opposite, it ended up getting worse. Therefore, the process of political-administrative decentralization was not able to fulfill its objective of interrupting the process of residential coastalization of the population of Santa Catarina.

Keywords: Political and administrative decentralization. Regional inequality. GDP. Santa Catarina.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVOS	10
1.1.1	Objetivo Geral	10
1.1.2	Objetivos Específicos	11
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	11
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2	BREVE DISCUSSÃO SOBRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL À LUZ DE EXPERIÊNCIAS CATARINENSES	14
2.1	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM DEBATE	14
2.2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM DEBATE	16
2.3	A LITORALIZAÇÃO CATARINENSE	19
3	O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO- ADMINISTRATIVA EM SANTA CATARINA	22
3.1	AS EXPERIÊNCIAS DO FÓRUM CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	22
3.2	A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO A PARTIR DE 2003	25
3.3	ANÁLISES CRÍTICAS DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	31
4	A EVOLUÇÃO DO PIB CATARINENSE DURANTE O PERÍODO DA DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	35
4.1	COMPORTAMENTO AGREGADO DO PIB ENTRE 2003 E 2018	35
4.2	COMPORTAMENTO DO PIB NAS MESORREGIÕES DO ESTADO	35
4.3	COMPORTAMENTO DO PIB NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO	40
4.4	CONCLUSÕES	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51
	ANEXO	56

1 INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina apresenta desigualdades regionais bastante expressivas. Tais desigualdades estão diretamente relacionadas ao processo de formação econômica do estado, o qual foi fortemente marcado por uma especialização produtiva. Desta forma, esses fatos ficam bastante evidentes quando são observadas as particularidades de cada uma das seis mesorregiões catarinenses.

A mesorregião da Grande Florianópolis possui relevância por conter a maior parte dos serviços administrativos do estado, além de manter a capital política, a qual se destaca por abranger o principal polo tecnológico do estado. Além desse, destacam-se, o setor do turismo e os serviços de educação, já que as principais universidades do estado se encontram nessa região. Já os municípios mais distantes da capital contam com o setor agrícola como atividade principal.

A mesorregião Serrana se destaca pela pecuária, com estruturas de alta concentração fundiária, ou seja, médias e grandes propriedades. Além da pecuária extensiva, a região se destaca na exploração de madeira, que ganhou força se expandindo para os ramos de papel e celulose. Também há importância no setor agrícola, com a produção de grãos.

Na mesorregião Norte, por sua vez, localiza-se o principal parque industrial do estado, destacando-se a fabricação de móveis, a indústria têxtil e o grande ramo metalomecânico do estado. Devido a essas características, a mesorregião apresenta alta competitividade entre os diversos setores econômicos. Além disso, merece destaque no setor terciário, o comércio e os serviços financeiros.

A mesorregião do Vale do Itajaí possui uma economia bastante diversificada. O setor primário tem papel significativo na produção alimentícia. O setor secundário se destaca pelas indústrias têxteis, metalmeccânica e de materiais elétricos. Além disso, são de grande importância as atividades relacionadas ao porto de Itajaí.

Na mesorregião Sul localiza-se o principal polo cerâmico do estado, uma vez que a região concentrou esforços no ramo dos não-metálicos após o auge da exploração carbonífera. A partir do ramo cerâmico, também ganhou relevância o ramo da construção civil. Além da indústria cerâmica, e como desdobramento dela, surgem a indústria metalúrgica, química, de esmalte cerâmico, de embalagens plásticas, bem como a indústria têxtil. Também tem relevância o turismo e serviços relacionados as atividades do porto de Imbituba e o ramo do comércio. Por fim, deve-se mencionar que o setor primário ainda mantém seu papel na produção de grãos e criação de animais.

Finalmente, a mesorregião Oeste tem como principal fonte econômica o setor primário, com destaque para a criação de animais e produção de grãos, sendo que parte da produção agroindustrial do estado se destina ao mercado nacional e internacional. De maneira geral, o sistema de produção dessa região integra os produtores familiares às agroindústrias. Embora em menor dimensão, alguns municípios também apresentam certa relevância no setor terciário, com destaque para o comércio.

Essa configuração das dinâmicas econômicas das mesorregiões guarda relação direta com as desigualdades regionais existentes no estado. A ocupação do território catarinense se iniciou pelo litoral, no primeiro momento motivada pela necessidade de defesa da colônia, e só posteriormente se propagou para o interior do estado, pela necessidade de expansão da criação de gado, que na época servia como alimento e transporte. Com esse processo de ocupação e de formação econômica, as regiões mais dinâmicas acabaram por se manter no litoral.

Nas últimas décadas, depois de identificado o problema denominado de “litoralização” - processo migratório de pessoas que saem do interior para o litoral em busca de melhores condições de vida – surgiram diversos programas governamentais visando superar o problema das desigualdades regionais e, com isso, conter a migração excessiva da população em direção às áreas litorâneas do estado.

Desta forma, a busca por um desenvolvimento regional mais uniforme estabeleceu um novo modelo de organização administrativa a partir de 2003, o qual se assentou em um conjunto de políticas de descentralizações político-administrativas, cujos primeiros esforços nesta direção datam da década de 1990, via Fóruns de Desenvolvimento Regional. O objetivo desse novo modelo era descentralizar a administração do estado que se encontrava exclusivamente na capital Florianópolis, a partir da constituição de Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs) em todas as regiões.

Ao longo dos anos foram constituídas 36 Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs) com a função de assumir parte das atividades executadas nas secretarias localizadas na capital. Porém, após quase duas décadas, o projeto de descentralização político-administrativa foi extinto. Decorre daí a importância de discutir o assunto a partir do seguinte questionamento: houve alguma mudança nas desigualdades regionais diante da estratégia de descentralização político-administrativa em Santa Catarina no período entre 2003-2018?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo consiste em analisar as implicações do processo de descentralização político-administrativa sobre o desenvolvimento regional catarinense à luz do comportamento do PIB entre 2003 e 2018.

1.1.2 Objetivos Específicos

I. Discutir brevemente o panorama do desenvolvimento regional catarinense, destacando as atividades econômicas em cada uma das seis mesorregiões, bem como o surgimento do fenômeno de litoralização da população;

II. Apresentar o processo de descentralização político-administrativa adotado em Santa Catarina entre 2003 e 2018;

III. Analisar os efeitos do processo de descentralização político-administrativa à luz da trajetória do PIB nas mesorregiões e microrregiões catarinenses.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo será bibliográfico assentado no método de abordagem analítica. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica não se reduz a uma repetição do que já foi colocada a público, uma vez que ela permite a análise do tema a partir de uma nova perspectiva, podendo resultar em conclusões ainda não apresentadas.

Na elaboração do estudo será utilizado o procedimento descritivo comparativo no intuito de contrapor as semelhanças e diferenças das mesorregiões e microrregiões catarinenses com o objetivo de melhor compreender as contradições regionais do estado. “Ocupando-se da explicação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira "experimentação indireta".” (MARCONI; LAKATOS, 2003)

Além disso, a pesquisa também é de natureza aplicada, já que, a partir dos resultados atingidos no estudo, é possível formular propostas de políticas para um projeto de desenvolvimento estadual e regional que busquem reduzir as desigualdades existentes em Santa Catarina. Para tanto, o método a ser utilizado também é estatístico, uma vez que partirá da

análise quantitativa dos dados, a partir do qual poderão ser analisados elementos qualitativos, tanto da formação econômica catarinense como do próprio processo de descentralização.

Neste caso, será priorizada a análise do comportamento do Produto Interno Bruto dos Municípios de Santa Catarina no período entre 2003 e 2018, o qual compreende o período de vigência do processo de descentralização político-administrativa. Os dados dos municípios serão agregados nas microrregiões e macrorregiões definidas pelo IBGE para fins de comparação.

As divisões territoriais consideradas neste trabalho são as propostas pelo IBGE no ano de 1989 (IBGE, 1990), ou seja, as seis mesorregiões (Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense) e as vinte microrregiões (São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia, Canoinhas, São Bento do Sul, Joinville, Curitibanos, Campos de Lages, Rio do Sul, Blumenau, Itajaí, Ituporanga, Tijucas, Florianópolis, Tabuleiro, Tubarão, Criciúma e Araranguá) de Santa Catarina.

A série do Produto Interno Bruto apresentada neste trabalho foi deflacionada. Inicialmente foi obtida a inflação periódica, sendo essa a variação acumulada no ano do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Essa inflação foi transformada em um índice de preços considerando 2003 a data-base do índice. A partir disso, foi obtido o fator de deflacionamento, que multiplicado pelo valor nominal tornou deflacionada toda a série do PIB de Santa Catarina de 2003 a 2018.

Além das informações disponibilizadas pelo IBGE, serão utilizadas informações secundárias oriundas de outras fontes, destacando-se a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Secretaria do Estado da Fazenda, Universidades e Entidades Empresariais e de Trabalhadores.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O estudo está organizado em cinco capítulos, contando com a introdução e conclusão. No primeiro deles, apresenta-se o problema de pesquisa, os objetivos e os procedimentos metodológicos adotados visando deixar claro ao leitor o caminho seguido pela pesquisa. No segundo capítulo é apresentada uma breve síntese sobre crescimento econômico e desenvolvimento regional com base no que foi elaborado até agora por outros autores da área. No terceiro capítulo é apresentada uma síntese de como se deu o processo de descentralização político-administrativa em Santa Catarina, bem como alguns diagnósticos a que chegaram os pesquisadores que já contribuíram com o tema. No quarto capítulo são analisados os dados do

PIB das mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina, com o objetivo de captar possíveis mudanças que resultem do período de descentralização. O quinto capítulo apresenta as considerações finais do trabalho, seus resultados e contribuições, além de sugestões para trabalhos futuros.

2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL À LUZ DE EXPERIÊNCIAS CATARINENSES

2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM DEBATE

Apesar do cenário nacional de profunda desigualdade, Santa Catarina tende a ser lembrada por suas características mais igualitárias, comparativamente ao restante do país. Em parte, esse desempenho pode ser justificado pela produção industrial do estado (MATTEI, RODOLFO E TEIXEIRA, 2012).

Todavia, quando são feitas comparações no interior de seu território, tomando por base as distintas regiões o cenário é bem distinto. Conforme aponta Theis (2009), há no estado a existência simultânea de regiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, processo que o autor denomina de desenvolvimento geográfico desigual.

Estas desigualdades se iniciaram no processo de formação econômica do estado catarinense e perduram até o momento presente. É possível caracterizar a dinâmica produtiva do estado a partir das mesorregiões geográficas estabelecidas pelo IBGE, o que evidencia essas disparidades, a chamada regionalização catarinense (MATTEI, 2014). Regionalização essa que se torna clara quando são observadas as particularidades de cada região específica.

De um modo geral, pode-se afirmar que as mesorregiões litorâneas do Norte e do Vale do Itajaí apresentam um setor secundário diversificado, com indústrias no ramo metalúrgico, mecânico, metalmecânico, entre outros, além do ramo têxtil, com participação significativa, sendo que na região Norte localiza-se o principal parque industrial do estado. Já o ramo turístico é relevante nas mesorregiões Grande Florianópolis e Sul, sendo que esta última se destaca também pelo complexo cerâmico e pelos demais ramos industriais a ele acoplados. Já as mesorregiões Oeste e Serrana se destacam pelo setor primário, com a produção agropecuária, e a partir dessa, a expressiva produção agroindustrial (MATTEI, 2014).

Considerando a formação econômica de Santa Catarina, o PIB catarinense se concentra em regiões específicas do estado, reafirmando a desigualdade na dinâmica produtiva. A título de exemplo, no ano de 2019, o PIB a preços correntes da mesorregião Vale do Itajaí foi de 97.414.117 mil reais, enquanto o mesmo na mesorregião Serrana foi de 15.048.747 mil reais. São exatamente esses elementos que colocam a necessidade de um debate contínuo sobre os rumos do crescimento e do desenvolvimento econômico do estado.

Segundo Sandroni (1994), o crescimento econômico se refere à expansão da capacidade produtiva, ou seja, da produção de bens e serviços de uma determinada área

específica, sendo que essa produção é mensurada pelo Produto Interno Bruto (PIB) da respectiva área. Já desenvolvimento econômico, ainda segundo o autor, se refere ao crescimento econômico associado ao avanço na qualidade de vida dos indivíduos que habitam nessa área e às mudanças na estrutura econômica da região que permitem uma melhor distribuição das riquezas ali produzidas. Reforçando essa ideia de desenvolvimento econômico como produção associada à distribuição, que é sujeita a relação de poderes entre os distintos agentes econômicos.

Evocando Vaz (2005), com o conceito de produtividade social, Vieira (2009), colocando como central o entendimento da distribuição do crescimento, considera não somente a quantidade e qualidade da produção de bens e serviços, mas também como esses bens e serviços contribuem para melhorar a qualidade de vida e como são distribuídos entre os indivíduos do referido espaço geográfico em questão.

De um modo geral, os economistas tendem a associar repetidamente o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento econômico. Observa-se que o desenvolvimento econômico para os clássicos, em especial Adam Smith e David Ricardo, se refere ao processo de crescimento com destaque para a produção (SOUZA, 1993). Já Marx incorpora a esse debate a ideia de distribuição, ao se referir a concentração econômica. Para esse autor, a estrutura capitalista fornece o necessário para a continuidade do processo de concentração econômica.

No interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração [...]. Mas todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação [...]. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria [...] no polo oposto. (MARX, 2017, p. 720-721).

Outra contribuição nesse debate foi dada por Lewis (1960), o qual discorreu sobre a importância do crescimento econômico como caminho para se alcançar o desenvolvimento. Diante disso, diferentes teóricos se opõem no quesito da maneira pela qual o desenvolvimento é atingido, sempre tendo como base o conceito de crescimento. Isto porque, segundo Benko (1999), o crescimento econômico não se dá de forma igual e simultânea nas diversas partes de um determinado território, ao contrário, ele acontece a partir da estrutura espacial e industrial desse espaço.

Pensadores da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), em especial Prebisch, se posicionaram contrários às ideias de David Ricardo referentes à teoria das vantagens comparativas, destacando que o comércio – quando efetuado sem transferência de

tecnologias – acaba transferindo a riqueza dos países pobres para os países ricos, fato que acaba acentuando a concentração econômica. Segundo esse autor (PREBISCH, 1957), a solução seria implementar a industrialização dos países pobres por meio da substituição de importações.

Na mesma linha anterior, Furtado (1961) colocava como central a temática da industrialização, destacando que a mesma deveria ser impulsionada pelo Estado. A este cabia a função de distribuir os investimentos e a renda, com o intuito de promover o mercado interno e reduzir a dependência externa. Desta forma, o desenvolvimento latino-americano poderia romper com a condição por ele qualificada de periferia subdesenvolvida e dependente.

Ainda segundo Furtado (1983), é apropriado utilizar o conceito de crescimento quando se quer referir a alterações em conjuntos econômicos que apresentam estrutura simples, como no caso de uma empresa. Já quando o conjunto econômico apresenta uma estrutura complexa, é mais apropriado utilizar o conceito de desenvolvimento.

Pois, crescimento é a expansão da produção real em um subconjunto econômico, cujas modificações não implicam alterações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores em um determinado setor produtivo. Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente (FURTADO, 1983, p. 78).

Segundo essa definição do autor, o conceito de desenvolvimento se refere à mesma circunstância que o conceito de crescimento, diferindo apenas pelo fato do desenvolvimento ser observado a partir de suas consequências sobre um conjunto econômico de estrutura bem mais complexa. Portanto:

Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e aspirações de grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los. Ora, somente a atividade política pode canalizar essas energias de forma a produzir os fenômenos de sinergia (FURTADO, 1983, p. 149).

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM DEBATE

Como colocado anteriormente, o desenvolvimento em grande parte se coloca como etapa subsequente ao crescimento, e de certo modo, como conceitos, se complementam. Parte-se agora para a discussão acerca do desenvolvimento regional.

Nessa discussão verifica-se que dois enfoques se colocam como centrais. O primeiro, ainda hegemônico, dá ênfase à redução das desigualdades regionais a partir do desenvolvimento homogêneo das relações de produção entre as regiões. Já o segundo, que elenca como motivo das desigualdades a lógica de concentração propiciada pelo modo de produção capitalista, dá ênfase à redução das desigualdades regionais a partir do acolhimento das particularidades sociais e econômicas de cada região, como alternativa endógena de desenvolvimento (ETGES E DEGRANDI, 2013).

A partir desses distintos enfoques e como base para a discussão de desenvolvimento regional, se faz necessário definir o que é uma região. O que nos leva à ideia de região é a necessidade de se referir a um local em específico que se difere, por alguma razão, de outro local análogo a esse. As razões pelas quais determinados espaços geográficos se diferem de outros podem ser das mais diversas, incluindo também critérios ambientais, culturais, sociais (THEIS & BUTZKE, 2017). Por exemplo, as regiões podem ser diferenciadas por seus climas (como é o caso do Sul do Brasil em contraposição ao clima da região Nordeste), por suas disposições geográficas (como é o caso do litoral catarinense em contraponto ao interior do estado), por suas formações históricas e econômicas (como é o caso da Europa em contraponto à América Latina), etc.

A ideia de desenvolvimento regional foi discutida intensamente por diversos autores e carrega consigo a característica multidisciplinar de estar contida nas mais diversas áreas do conhecimento. Partindo desse entendimento de região e considerando as particularidades de cada uma delas, entende-se que é possível elaborar e implementar políticas públicas que sejam capazes de alavancar o desenvolvimento regional.

Para Theis (2006), o conceito de desenvolvimento regional se refere ao processo de acumulação que se desdobra em determinada região. Tomando esse conceito como pressuposto, entende-se que é possível interpretar as atuais desigualdades regionais catarinenses, considerando que essas desigualdades surgiram a partir de processos históricos e sociais e levaram à formação de discrepâncias verificadas atualmente nos processos de acumulação dentre elas.

Para Oliveira e Lima (2003), o desenvolvimento regional requer a participação dos atores sociais, em específico da população local, no planejamento contínuo da ocupação dos espaços e da distribuição de recursos provenientes do processo de crescimento. Complementarmente, Silva (2017) coloca que essa distribuição dos recursos provenientes do crescimento deve ocorrer de maneira a contemplar a totalidade da população, compartilhando os benefícios do crescimento econômico com todos os atores sociais. Isso porque, segundo

Siedenberg (2003), os diversos indivíduos da sociedade enxergam o desenvolvimento regional como um processo multifatorial permeado por questões políticas, econômicas, ambientais, sociais, culturais, etc.

Nesta direção, Theis (2001) afirma que:

Se utilizarmos o conceito de desenvolvimento, então queremos nos referir a um processo que, compreendendo uma eficiente alocação de recursos, conduz a um crescimento sustentável do produto agregado, no longo prazo, promovido pelo emprego de mecanismos econômicos, sociais e institucionais, com vistas a um rápido incremento dos níveis de vida, sobretudo das populações mais pobres, em particular das localizadas em regiões periféricas. (THEIS, 2001, p. 214)

Em complementaridade a isso, o mesmo autor afirma que:

Empregamos o conceito de desenvolvimento regional querendo nos referir ao processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma dada região. Essa compreensão do conceito envolve dimensões que as teorias tradicionais sobre desenvolvimento regional desconsideram. Atualmente, aponta-se para certa flexibilidade, que se opõe à rigidez das formas clássicas de concepção da organização de um dado território. Tomam-se em conta os fenômenos mais recentes de diversificação e enriquecimento das atividades sobre o território com base na mobilização de seus próprios recursos (naturais, humanos e econômicos) e energias. (THEIS, 2001, p. 215-216)

Tomando as desigualdades regionais catarinenses como referência, Theis e Zummach (2013) explicam as mesmas a partir do conceito de desenvolvimento desigual de Lenin e Trotsky, em que o padrão de desenvolvimento capitalista promove um desenvolvimento muitas vezes acelerado, porém desigual. Tal ideia foi originalmente utilizada por Lênin para explicar as contradições dos países capitalistas periféricos:

Dada a própria natureza do capitalismo, esse processo de transformação não pode ocorrer de outro modo senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro, o progresso da agricultura afeta aspectos da economia rural que variam segundo as regiões, o desenvolvimento do comércio e da indústria supera o da agricultura etc. (LÊNIN, 1982, p. 373).

Souza; Theis (2009) expõem com mais detalhes o desenvolvimento regional destacando que:

Por desenvolvimento regional podemos entender mais do que um processo localizado de crescimento econômico e mudança social, que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida material e espiritual de uma comunidade. Aqui se adere a uma compreensão de desenvolvimento na escala regional como um processo de desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente prudente, apoiado na democratização em todas

as escalas, na participação ativa da cidadania na definição de seu paradigma societário, na completa soberania dos sujeitos na escolha de seu futuro (SOUZA; THEIS, 2009, p. 12).

Com base na ideia de desenvolvimento regional exposta anteriormente e recuperando o que foi colocado por Silva (2017), há décadas tem sido discutida em Santa Catarina a necessidade de homogeneizar o desenvolvimento regional entre as distintas regiões do estado.

2.3 A LITORALIZAÇÃO CATARINENSE

Tomando-se a configuração econômica catarinense e suas desigualdades, nas últimas décadas foi delimitado o fenômeno denominado de “litoralização” de Santa Catarina. Tal fato se refere ao processo de migração da população do interior para o litoral do estado, onde se encontram as regiões mais dinâmicas. Na prática esse processo se caracterizou pelo crescimento expressivo da população das mesorregiões Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense, principalmente em suas faixas litorâneas, ao mesmo tempo em que se constatou um decréscimo populacional das mesorregiões Serrana, Oeste Catarinense e Sul Catarinense (SILVA E MATTEI, 2013).

Silva e Mattei (2013) apontam que em 1940, a porcentagem da população de Santa Catarina representada por Florianópolis era de 4%, ao passo que em 2000 era de 6,4%, e atribuem tal concentração ao número de migrantes na região. Miotto (2012) pontua que por mais que Santa Catarina tenha se tornado estado receptor de migrantes de outras regiões do Brasil, a migração interna é a principal responsável por essa situação de concentração. Considerando o número total de migrantes em Santa Catarina no ano 2000 (602.692 migrantes), verificou-se que somente 207.445 era migrantes de outros estados do país, ou seja, mais de 60% dos migrantes vinham do interior do estado (Silva e Mattei, 2013).

Esse fluxo é resultado das desigualdades regionais do estado. As regiões do interior, menos dinâmicas economicamente, apresentam oportunidades reduzidas à população, seja na questão de emprego, educação, ou na qualidade de vida em geral. Para Taylor (1999), o processo migratório deve ser analisado a partir da ideia de desenvolvimento, pois se apresenta como processo complementar a esse, e produz efeitos sobre as regiões de origem e destino dos indivíduos migrantes. Dessa maneira, buscando melhores condições de vida, parte da população das regiões do interior do estado migram para as regiões litorâneas.

Para Smith (1988), o que se expressa geograficamente com litoralização são as contradições inerentes ao capital, que se movimenta para onde a taxa de lucro é mais alta,

proporcionando o desenvolvimento dessas regiões em detrimento das regiões que apresentam taxa de lucro mais baixa.

Considerando que normalmente a ocupação e desenvolvimento de regiões colonizadas se iniciou pelo litoral e que atualmente se apresentam vantagens comerciais, em relação a inserção econômica mundial, nas regiões litorâneas, o fenômeno da litoralização não é exclusivo de Santa Catarina. Esse processo se repete em diversos territórios que possuem tal disposição geográfica.

O processo de litoralização também traz consequências ao desenvolvimento econômico catarinense, em especial, às regiões que mais perdem e mais recebem os contingentes desse fluxo migratório. Num ciclo vicioso, as condições do desenvolvimento regional catarinense causam a litoralização e a mesma realimenta tais condições de desenvolvimento regional. O que ocorre é a sobrecarga nos serviços públicos e infraestrutura das regiões mais dinâmicas devido ao contingente populacional elevado com a migração.

Apesar de o Brasil manter a dinâmica econômica ligada intensamente ao interior do país devido às vantagens comparativas dos setores intensivos em recursos naturais dessas regiões, Santa Catarina apresenta um cenário um pouco distinto do nacional. Santa Catarina se difere por sua industrialização, que se estabeleceu prioritariamente no litoral e estimulou a ocupação dessa região, e por sua geoeconomia, que reforça a litoralização já que a extensa costa do estado com seus portos atrai atividades com altos custos de transporte, além das atividades das indústrias de alta tecnologia que se firmaram na capital (SEABRA, BEZ E BORNSCHEIN, 2011).

Reforçando os dados apresentados por Silva e Mattei (2013), a porcentagem do total da população nos municípios localizados a menos de 100km do litoral em Santa Catarina, considerando os anos de 1996 e 2000, foram de 60,43% e 62,34%, respectivamente (SEABRA, BEZ E BORNSCHEIN, 2011). Ao longo de quatro anos somente, foi possível verificar o processo de concentração populacional acontecendo nos municípios do litoral, ou seja, a litoralização.

A partir de dados específicos do estado, e lançando mão de ferramentas econométricas, Seabra, Bez e Bornschein (2011) confirmaram o processo de litoralização em Santa Catarina, ao constatar que a variável distância do litoral foi estatisticamente significativa e com efeito inverso sobre a expansão demográfica. Ou seja, quanto mais próximo do litoral estiver o município, maior seu grau de crescimento populacional, sendo o inverso também válido.

Com o problema da litoralização cada vez mais evidente, emergiu a discussão acerca das possíveis soluções para essa questão. No intuito de desenvolver as regiões ainda

marginalizadas, a partir dos anos 2000 o estado de Santa Catarina iniciou um processo de enfrentamento do problema por meio de um conjunto de políticas denominadas de “descentralização político-administrativa”. Tal temática é o assunto que será desenvolvido no capítulo seguinte.

3 O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA EM SANTA CATARINA

O cenário de litoralização apresentado no capítulo anterior, decorrente das desigualdades existentes no território catarinense, acabou intensificando a discussão sobre o desenvolvimento regional. Com isso, foram colocadas em debate possíveis políticas públicas capazes de resolver ou, ao menos, mitigar o problema.

Visando reconfigurar o debate e reorientar a aplicação de recursos públicos de forma descentralizada e regionalizada, surgiu a proposta da descentralização político-administrativa do estado. Tal proposta tinha como intuito reduzir as desigualdades regionais a partir da melhor distribuição do núcleo de decisões governamentais entre as diversas regiões que conformam o território catarinense, possibilitando uma participação política mais direta da população que habita esses locais.

Em Santa Catarina a descentralização político-administrativa foi motivada pela litoralização, fenômeno que, como dito anteriormente, consiste no deslocamento de populações do interior do estado para as áreas litorâneas em busca de melhores condições de vida, já que o processo de decisões governamentais e a concentração de investimentos se encontravam nas áreas de maior dinâmica econômica, social e política.

O que se argumentava na época era que as políticas de desenvolvimento regional não conseguiam atingir as regiões interioranas, acabando por se concentrar nas regiões que apresentavam uma maior dinâmica econômica. Esse processo, na essência, acabava reforçando a continuidade da litoralização.

3.1 AS EXPERIÊNCIAS DO FÓRUM CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Santa Catarina se enquadra no cenário brasileiro de experiências de descentralização com o surgimento, a partir de 1996, dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina (FDRI), que tinham como característica fundamental o caráter não-governamental, uma vez que foram articulados a partir da sociedade civil, direcionando esforços visando expandir o desenvolvimento regional. O primeiro FDRI, intitulado Fórum do Oeste, surgiu em Chapecó no ano de 1996 como iniciativa da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina. Tal experiência pioneira serviu de modelo aos fóruns que foram constituídos posteriormente. Esses ambientes contavam com significativa participação da

sociedade civil organizada, cujas entidades de representação buscavam soluções para os problemas que eram particulares às suas respectivas regiões.

No entanto, Birkner (2008) pontua que a principal relevância na atuação do Fórum do Oeste se deu por seu pioneirismo na criação de uma agência própria de desenvolvimento regional, o Instituto Saga, o qual era composto por empresas governamentais (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc) e professores da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Essa agência própria de desenvolvimento deu sustentação ao surgimento das posteriores Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs).

Decorrente das experiências dos diversos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina, surgiu o Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional (Forumcat). O Forumcat passou a centralizar a criação dos FDRI, mas diferente deles, esse era composto também por entidades governamentais. Sua função foi articular os agentes políticos das diferentes regiões, focando na compreensão do desenvolvimento regional integrado como alternativa e com o objetivo de superar os bairrismos locais e promover a cooperação intermunicipal e interinstitucional (BIRKNER, 2008).

Essa rede, ao contrário de ter um agente principal e uma relação verticalizada, se constituiu dialogicamente e pode ser compreendida a partir do papel do Forumcat, que funcionou como uma espécie de “guarda-chuva” da complexa rede de organizações e agentes de mudança. Entre eles, podemos considerar os órgãos governamentais, os fóruns regionais e locais, e as múltiplas associações e organizações da sociedade civil, presentes e atuantes em todas essas microrregiões. (BIRKNER, 2008, p. 306)

Ao todo foram criados vinte fóruns, articulados a partir do Forumcat, conforme Tabela

1.

Tabela 1 – Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina (FDRI)
(continua)

Fórum	Entidade coordenadora	Cidade sede
FDRI do Oeste	AMOSOC	Chapecó
FDRI da Região da Ammoc/do Meio Oeste	AMMOC	Joaçaba
FDRI da Região de Entre Rios	AMERIOS	Maravilha
FDRI do Alto Uruguai	Universidade do Contestado	Concórdia

Tabela 1 – Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina (FDRI)
(conclusão)

FDRI do Extremo Oeste	AMERIOS	São Miguel do Oeste
FDRI da Região de Laguna	Associação Comercial e Industrial de Tubarão	Tubarão
FDRI da Região Serrana	Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Lages	Lages
FDRI da Região Carbonífera	AMREC	Criciúma
FDRI do Médio Vale do Itajaí	AMMVI	Blumenau
FDRI do Alto Vale do Itajaí	Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul	Rio do Sul
FDRI do Vale do Rio do Peixe	Universidade do Oeste de Santa Catarina	Videira
FDRI do Extremo Sul	AMESC	Araranguá
FDRI do Planalto Norte	Universidade do Contestado	Canoinhas
Comitê Provisório do FDRI da Região do Alto Irani	AMAI	Xanxerê
Comitê Provisório do FDRI do Vale do Itapocu	AMVALI	Jaraguá do Sul
FDRI do Planalto Sul	AMPLASC	Campos Novos
FDRI da Foz do Rio Itajaí	Universidade do Vale do Itajaí	Itajaí
FDRI da Grande Florianópolis		Florianópolis
Comitê Provisório do FDRI da Região Nordeste	AMUNESC	Joinville
Comitê Provisório do FDRI da Região Noroeste	AMNOROESTE	São Lourenço do Oeste

Fonte: Forumcat, 2001, apud Birkner, 2006.

A tradição associativista catarinense já articulava setores públicos e privados em torno do objetivo do desenvolvimento regional. As redes regionais de cooperação, que surgiram a partir da sociedade civil, acabaram adquirindo o caráter de fóruns e agências de desenvolvimento regional desde 1990. No entanto, esse processo, que no início contava com significativa participação popular, acabou sendo substituído, no ano de 2003, pelo projeto de descentralização político-administrativa do governo estadual, com gestão exclusiva do governo catarinense (FILIPPIM & ABRUCIO, 2010).

3.2 A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO A PARTIR DE 2003

Em 2003, o senhor Luiz Henrique da Silveira assumiu o governo do estado e imediatamente passou a implementar o projeto de descentralização político-administrativa. Com o objetivo de descentralizar a administração pública estadual, que se restringia à capital Florianópolis, e expandi-la por todo o território catarinense, enquanto nova estratégia de administração pública estadual (GOULARTI FILHO & ZUCHINALI, 2014). A intenção era descentralizar as decisões e permitir que as regiões pudessem decidir de forma mais autônoma seus projetos de desenvolvimento. Segundo o então governador, era necessária uma estrutura administrativa que fosse capaz de descentralizar as ações governamentais e, paralelamente, realizar novos projetos de desenvolvimento regional.

O diagnóstico que antecedeu o projeto e que foi usado como justificativa da descentralização político-administrativa foi a desaceleração do ritmo de crescimento de Santa Catarina. Apesar dos FDRI, o crescimento de Santa Catarina no início dos anos 2000 caiu comparativamente à média nacional, comparação que nas décadas anteriores se mostrava favorável ao estado catarinense (DIAS, 2012). Dias (2012), utilizando o exemplo do crescimento industrial do estado em contraponto com o do Brasil, mostrou que no ano de 2000 o crescimento em Santa Catarina era de 4,2% enquanto no Brasil era de 6,6%; em 2001 esses dados foram 3,7% e 1,5%, respectivamente. Já no ano de 2002, o crescimento industrial do estado foi de -2,7% enquanto o do país foi de 2,5%.

A diminuição no ritmo do crescimento da economia identificando um processo de desindustrialização, um forte processo de litoralização e a ideia de aproximar o governo da sociedade foram usados então como os principais argumentos que justificariam a criação de uma diferente forma de organização para o Estado. (DIAS, 2012, p.160)

Mesmo assim, o governador Luiz Henrique da Silveira defendia a proposta da descentralização a proposta afirmando que:

[...] O governo do Estado precisa de uma forte reestruturação. Temos tempos novos e um Governo velho. Tempos digitais e um governo manual. Concentrado e, por isso, ineficaz. Centralizador, e por isso, personalista. Distante, e por isso, ausente do conjunto de regiões mais afastadas. Autoritário, e por isso, reproduzidor das velhas práticas politiquieiras de submissão, via concessão de favores (financiamentos, convênios, isenções, verbas a fundo perdido, do tipo 'show do milhão' distribuídas em ano eleitoral, sem qualquer outro critério que não seja a caça ao voto). A reestruturação que propomos tem fundo ético. Busca a democratização das ações e a transparência. Visa ao amplo engajamento e participação das comunidades de cada microrregião, com a regionalização do Orçamento, do Planejamento, da Fiscalização

e das Ações. [...] Santa Catarina tornou-se, nos últimos anos, um dos estados campeões nacionais de êxodo rural, face a centralização governamental e a consequente ausência de políticas regionais de desenvolvimento agropecuário. [...] Daí a necessidade inadiável dessa reestruturação, que se baseará em quatro linhas básicas: descentralização, municipalização, prioridade social e modernização tecnológica (SANTA CATARINA, 2002, p. 1-2, apud DIAS, 2012, p. 161).

Segundo Goularti (2013), a trajetória política catarinense, que no geral reproduz práticas tradicionais, com frequência tende a abafar os processos de discussão de políticas públicas que permitam participação popular. Nas palavras do autor, “centralizando e concentrando as decisões políticas, as oligarquias coíbiam qualquer tipo de movimento democrático.”.

O projeto do governo estadual foi aprovado pela Lei Complementar n. 243/2003 e, posteriormente, a Lei Complementar n. 284/2005, que no art. 1º estabelece que “A estrutura organizacional da Administração Pública Estadual deverá desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão, [...], promovendo a redução das desigualdades entre cidadãos e entre regiões, elevando a qualidade de vida da sua população.” (SANTA CATARINA, 2005).

O projeto foi fruto de discussões que estavam ocorrendo acerca da excessiva centralização do aparato governamental na capital, Florianópolis. Nesse sentido, um dos problemas a serem resolvidos pelo processo de descentralização político-administrativa seria o da litoralização. Como colocou Mattei (2016), o processo de descentralização buscava promover o desenvolvimento regional, superando as desigualdades regionais e reestabelecendo o equilíbrio na distribuição populacional ao longo do território estadual.

Conforme Mattei (2016),

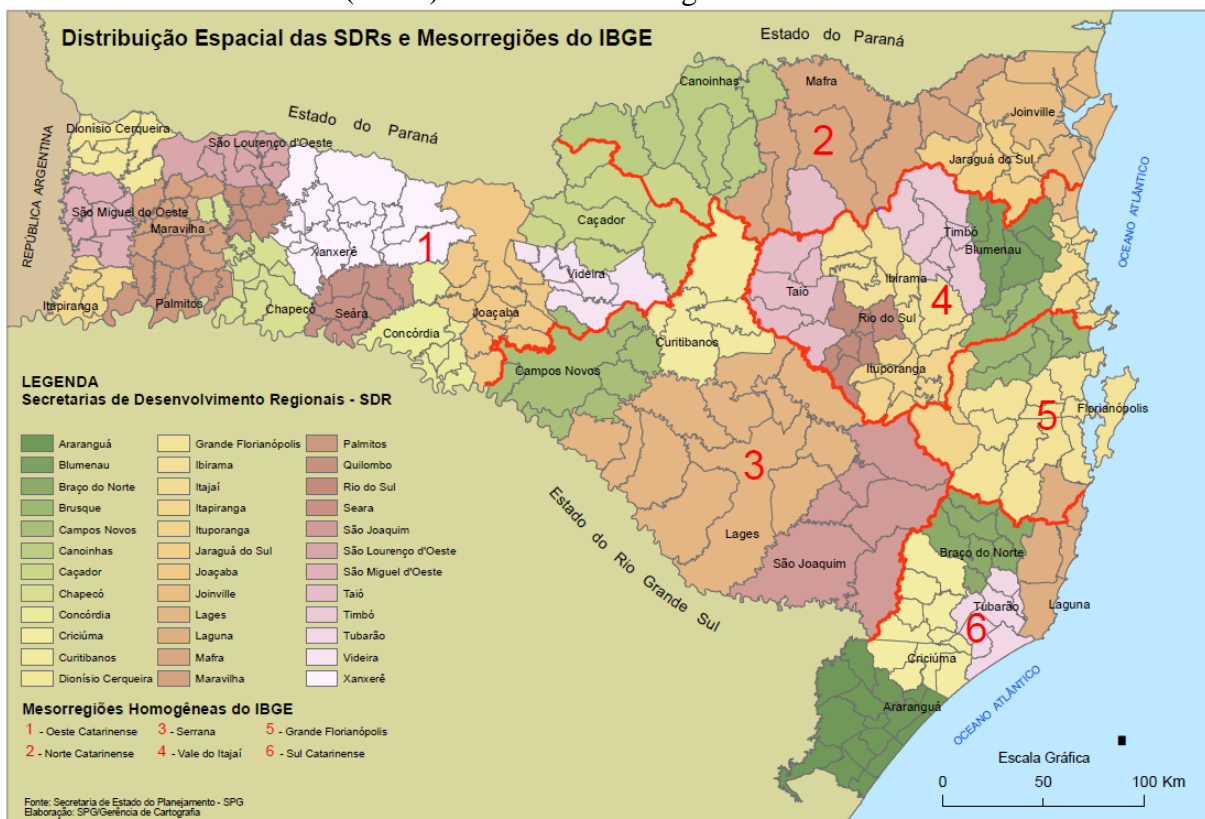
De um modo geral, pode-se dizer que o processo de descentralização proposto baseava-se nos seguintes aspectos: reestruturação da administração pública estadual, visando implementar um novo modelo de gestão do Estado; melhorar a eficácia das ações governamentais junto aos cidadãos; ampliar a ação do Estado em todas as regiões por meio da descentralização administrativa; organizar o orçamento e o planejamento do Estado regionalmente; e implementar novos projetos de desenvolvimento com foco nos problemas regionais. (MATTEI, 2016, p.247)

Essa mudança de modelo organizacional retirou o protagonismo dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI) e instituiu as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), bem como seus respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDRs). A Lei Complementar n. 243/2003, afirma no art. 9, “que a execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente

pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional.” (SANTA CATARINA, 2003). Nesse processo, o caráter participativo da população - que era característica essencial dos FDRI – foi se perdendo.

Durante o exercício da proposta de descentralização, foram criadas 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) em Santa Catarina, distribuídas ao longo do estado conforme a Figura 1, se sobrepondo e substituindo os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI).

Figura 1 – Distribuição espacial das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) conforme mesorregiões do IBGE



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento – SPG

É preciso pontuar que inicialmente foram criadas 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) com seus respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDRs). Em 2005, com o primeiro ajuste na política de descentralização, foi criada a 30ª SDR, em Dionísio Cerqueira (SANTA CATARINA, 2005). Posteriormente, em 2007, por meio da Lei Complementar nº 381, foram adicionadas as últimas seis secretarias, totalizando as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, conforme Tabela 2 (SANTA CATARINA, 2007).

Tabela 2 – Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e respectivas abrangências
(continua)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Abrangência
1º São Miguel do Oeste	Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba e Paraíso
2º Maravilha	Saudades, Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Modelo, Pinhalzinho, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos, Serra Alta e Sul Brasil
3º São Lourenço do Oeste	Campo Erê, Coronel Martins, Galvão, Jupirá, Novo Horizonte e São Bernardino
4º Chapecó	Águas Frias, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba e Planalto Alegre
5º Xanxerê	Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuauçu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão e Xaxim
6º Concórdia	Alto Bela Vista, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco
7º Joaçaba	Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias e Vargem Bonita
8º Campos Novos	Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem e Zortéa
9º Videira	Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Tangará
10º Caçador	Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande
11º Curitibaanos	Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul
12º Rio do Sul	Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste e Trombudo Central;
13º Ituporanga	Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos;
14º Ibirama	Apiúna, Dona Emma, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles e Witmarsum
15º Blumenau	Gaspar, Ilhota, Luiz Alves e Pomerode
16º Brusque	Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas
17º Itajaí	Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras e Porto Belo

Tabela 2 – Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e respectivas abrangências (conclusão)

18° Grande Florianópolis	Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e São José
19° Laguna	Garopaba, Imaruí, Imbituba e Paulo Lopes
20° Tubarão	Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão e Treze de Maio;
21° Criciúma	Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga;
22° Araranguá	Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo
23° Joinville	Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú
24° Jaraguá do Sul	Corupá, Guaramirim, Massaranduba e Schroeder
25° Mafra	Campo Alegre, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul
26° Canoinhas	Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras
27° Lages	Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta e São José do Cerrito;
28° São Joaquim	Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Urupema;
29° Palmitos	Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondai, Riqueza e São Carlos;
30° Dionísio Cerqueira	Anchieta, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa e São José do Cedro
31° Itapiranga	Iporã do Oeste, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis
32° Quilombo	Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, Santiago do Sul e União do Oeste
33° Seara	Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul, Paial e Xavantina
34° Taió	Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha
35° Timbó	Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Rodeio
36° Braço do Norte	Armazém, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.

Fonte: Santa Catarina, 2007.

As SDRs eram compostas por funcionários públicos que já trabalhavam em outras instituições e por pessoas indicadas pela coligação partidária que assumiu o comando do

governo estadual. Além disso, a atuação das secretarias se dava a partir das decisões do Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR). Criados a partir da Lei Complementar Estadual n. 243/2003, pelo art. 57, aos CDRs cabiam funções acessórias e eram constituídos pelo prefeito, presidente da câmara de vereadores e dois representantes da sociedade civil de cada município da secretaria.

Se antes os FDRIs ocupavam esse espaço de formulação de demandas regionais com a participação voluntária e aberta de entidades civis, agora os CDRs têm metade de sua composição assegurada aos poderes públicos municipais e a outra metade restrita a duas entidades por município. O que aconteceu, por decorrência, foi uma rápida desarticulação dos atores da sociedade, antes responsabilizados pela mobilização regional, e agora substituídos pela presença institucional. Nesse sentido, retirou-se o certo grau de espontaneidade da sociedade civil, que comodamente deu lugar à costumeira ação governamental. (BIRKNER, 2008, p. 307)

Os Conselhos de Desenvolvimento Regional, cada qual correspondente a uma secretaria, atuavam no gerenciamento do Plano de Desenvolvimento Regional, do Plano Plurianual, do Orçamento Anual e dos recursos provenientes do estado. Dessa maneira, os CDRs se colocaram como ferramentas de execução dos planos referentes a descentralização.

Na época, a definição das prioridades orçamentárias se dava a partir do Orçamento Estadual Regionalizado, oficializado a partir da promulgação da Lei Complementar nº 157 de 1997 (SANTA CATARINA, 1997). Esta era a versão catarinense do pioneiro Orçamento Participativo de Porto Alegre, em que a população, em tese, participava ativamente da tomada de decisões acerca das propostas para o orçamento, por meio de audiências públicas (GOULARTI, 2013). Inicialmente a estratégia de descentralização prometia a criação de um fórum permanente que debatesse o Orçamento Estadual Regionalizado, além de manter a participação do cidadão na tomada de decisões (SILVEIRA; MOREIRA, 2002, apud GOULARTI, 2013). Em discurso na Assembleia Legislativa, o próprio governador afirmou que os “[...] através de [...] Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, todos os municípios catarinenses e seus cidadãos terão voz ativa em todas as atividades da vida política, em especial na definição e aplicação do Orçamento Regionalizado” (ALESC, 2003a, p. 3).

De modo geral, a proposta da descentralização político-administrativa prometia uma maior participação popular na discussão e tomada de decisões acerca das políticas públicas de desenvolvimento regional, além da diluição do poder centralizado na capital para todas as regiões do estado.

No ano de 2015, o então reeleito governador Raimundo Colombo, por meio do Projeto de Lei (PL 0260.8/2015), propõe a transformação das SDRs em Agências de Desenvolvimento

Regional (ADRs). Essa transformação visava readequar a estrutura administrativa do estado extinguindo cargos comissionados e funções gratificadas (MATTEI, 2015).

Após quase duas décadas de funcionamento, ainda no governo de Raimundo Colombo, agora comandado por Eduarda Pinho Moreira diante do afastamento de Colombo para concorrer ao senado, as ADRs passam a ser desativadas. Em 2018, a partir do Decreto nº 1.537/2018, Eduardo Pinho da Moreira, determina a desativação de quinze ADRs (SANTA CATARINA, 2018).

Posteriormente, o então eleito governador, Carlos Moisés, no art. 1º do Decreto nº 3/2019, dispõe que “Fica estabelecido o processo de desativação das Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) [...]” (SANTA CATARINA, 2019), autorizando assim a desativação das ADRs restantes. Dessa maneira, chega ao fim o processo de descentralização em Santa Catarina.

3.3 ANÁLISES CRÍTICAS DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Ao longo do período de implementação do projeto de descentralização acerca dos resultados que esse processo ofereceu à sociedade catarinense surgiram diversos pontos críticos. O primeiro deles foi exatamente a concentração dos recursos nas regiões mais dinâmicas do estado, especialmente daquelas localizadas no litoral.

Segundo Goularti (2013), o resultado da descentralização político-administrativa, e mais em específico, do Orçamento Regionalizado, se dá na discrepância dos valores orçados e realizados ao longo dos anos. O autor aponta que cinco SDRs das regiões mais dinâmicas economicamente (Florianópolis, Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul e Chapecó) acabaram por concentrar 28,59% dos valores orçados e 43,17% dos valores realizados no período entre 2005 a 2012. Tais percentuais indicaram que a criação das SDRs não modificou a estrutura até então vigente. Com isso, autor afirmou que a descentralização distanciou-se de seus propósitos e que as SDRs não possuem autonomia orçamentária para executar as prioridades definidas em audiências. (GOULARTI, 2013).

Considerando as discrepâncias na distribuição dos investimentos, Vieira e Santos (2012) mostraram que a quantidade dos recursos financeiros disponíveis para a expansão da produção seria relevante para o desenvolvimento econômico, uma vez que uma distribuição mais uniforme desses recursos possibilitaria uma maior uniformização do desenvolvimento, exatamente como o que foi proposto pela descentralização político-administrativa.

Para Rudnick e Mattedi (2013, p. 39), “a maior capacidade orçamentária dessas SDRs pode estar relacionada à capacidade de articulação política, bem como à capacidade de organização e cooperação entre os municípios de abrangência das SDRs que apresentam melhor desempenho”, se referindo aqui as SDRs litorâneas, que se mantiveram como as mais dinâmicas ao longo da vigência do processo de descentralização.

Mattei (2016), analisando o orçamento total das SDRs, constata que em todos os anos as despesas de custeio superaram os valores destinados a investimentos. Logo, uma das propostas iniciais da descentralização, a de promover o desenvolvimento regional no intuito de melhor uniformizar as condições das regiões no estado, não foi cumprida.

Nesse caso, se reafirma a concentração de investimentos nas regiões que já apresentavam maior dinamismo econômico. Para Rudnick e Mattedi (2013), a hipótese de que o desempenho das SDRs tem relação com o padrão de desenvolvimento que já se apresentava localmente é corroborada.

Outro resultado, apontado por Rudnick e Mattedi (2013), foi que boa parte dos investimentos, ao invés de ser repassados a projetos regionais, se direcionavam a projetos municipais, deixando de contribuir com os objetivos da descentralização. Além de não contribuir para o desenvolvimento regional, essa questão acabou contribuindo para a concentração das atividades produtivas, cujo resultado pode ser mensurado pela concentração do PIB em poucos municípios do estado.

Além da concentração de recursos, que continuou ocorrendo, outro ponto levantado pelos trabalhos que analisaram a estratégia de descentralização foi referente a participação da população durante a implementação do novo plano governamental. A mudança na dinâmica organizativa das Secretarias de Desenvolvimento Regional reduziu significativamente a participação da sociedade civil na mobilização pelo desenvolvimento das microrregiões, característica notável dos FDRI.

Porém, afastar o interesse da sociedade civil acaba por comprometer a eficiência do processo. Além disso, com a organização partindo do governo estadual, o Forumcat deixou de ser relevante. De maneira similar, o Orçamento Estadual Regionalizado foi se tornando distante da população, já que as prioridades elencadas não eram executadas, e assim o interesse popular se esvaziou.

O que ocorreu de fato foi que o processo de descentralização político-administrativa iniciado no governo de Luiz Henrique da Silveira no ano de 2003 substituiu a proposta de descentralização que estava sendo conduzida em grande parte pela sociedade civil por uma proposta de descentralização do tipo *top down* (BIRKNER, 2008). Isto é, o processo de decisão

que antes se dava de forma horizontalizada entre os participantes dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRIs), passa a se dar de forma verticalizada, “de cima para baixo”, sendo o exercício das tomadas de decisões concentrados novamente no governo estadual.

Outro ponto importante do debate acerca da descentralização em Santa Catarina, além da limitação da participação popular, é a burocratização excessiva. As principais críticas referentes ao processo de descentralização político-administrativa encampado pelo governo do estado tendem a girar em torno da questão do aparelhamento político dos cargos das SDRs e nos medíocres resultados no quesito de gestão pública, em contraponto com os custos que as estruturas descentralizadas exigiam (MATTEI, 2016).

Para Abrucio e Filippim (2010, p. 226) a implantação da política de descentralização do governo catarinense se sobrepôs às iniciativas de desenvolvimento regional baseadas nas ações de atores locais, da sociedade civil organizada e de associações de município. A longa tradição associativista presente em Santa Catarina teria sido desconsiderada pelo governo do estado, que implantou uma política de descentralização cujo resultado prático foi o aumento da concentração de poder no governo central. Além disso, o resultado foi que as Secretarias de Desenvolvimento Regionais (SDRs) permitiram a formação de uma rede político-partidária robusta em benefício do governador, que com isso, garantiu a Reforma Administrativa e a expansão do Poder Executivo no estado.

Birkner (2008) destaca, ainda, que a baixa qualificação dos conselheiros que faziam parte dos respectivos CDRs de cada Secretaria de Desenvolvimento Regional, foi decisiva nos resultados obtidos pela estratégia. Além disso, a autora pontua que os CDRs acabaram por se limitar a um caráter homologatório diante de como estavam se dando as aprovações dos projetos. Para Cogo e Dallabrida (2012) os CDRs deveriam ser igualmente compostos por indivíduos da sociedade civil, em contraponto com o que se estabeleceu com a dinâmica praticamente nula da participação popular.

Brum (2010) também aponta que apesar de ter sido aprovado pela sociedade, o modelo apresentou suas fragilidades, destacando-se dentre elas a não implementação dos planos de desenvolvimento regional discutidos, a falta de participação popular nos CDRs e no envolvimento geral com as SDRs.

A conclusão geral foi que, apesar das intenções, a estratégia de implantação do projeto de descentralização político-administrativa do estado catarinense apresentou ao longo de sua vigência diversas lacunas. Dentre elas, destacaram-se a necessidade de maior autonomia das SDRs, a melhoria na qualificação dos profissionais que iriam atuar no processo e, com ênfase,

a ampliação da participação da popular na discussão e decisão dos projetos de desenvolvimento que deveriam ser implantados.

4 A EVOLUÇÃO DO PIB CATARINENSE DURANTE O PERÍODO DA DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

4.1 COMPORTAMENTO AGREGADO DO PIB ENTRE 2003 E 2018

Inicialmente é importante deixar explícito os procedimentos adotados para apresentar a série histórica do período considerado. Portanto, informa-se que toda a série considerada foi deflacionada com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Após a obtenção da inflação periódica a cada ano, a mesma foi transformada em um índice de preços, sendo que o ano de 2003 foi considerado como a data-base desse índice. A partir da obtenção do fator de deflacionamento, o mesmo foi multiplicado pelo valor nominal para toda a série do PIB de Santa Catarina de 2003 a 2018. Com isso, foi possível analisar de forma consistente a trajetória do Produto Interno Bruto de Santa Catarina no período de vigência da descentralização político-administrativa.

A Tabela 3 apresenta o Produto Interno Bruto de Santa Catarina de 2003 a 2018. No ano de 2003, teve início no estado a política de descentralização, momento em que o PIB era 64,1 bilhões de reais. Ao final do período considerado (2018) o PIB catarinense se situou em 130,3 bilhões de reais. Mesmo diante da crise econômica geral do país, cujos efeitos também estiveram presentes em Santa Catarina, o estado apresentou um crescimento razoável durante o período de 2003 a 2018.

Tabela 3 – Produto interno bruto de Santa Catarina (mil reais, 2003 a 2018)

Ano	PIB (mil reais)
2003	64.098.475
2004	68.419.113
2005	71.709.017
2006	77.637.367
2007	84.658.988
2008	93.621.523
2009	95.384.123
2010	107.242.062
2011	114.021.813
2012	118.701.133
2013	125.352.640
2014	133.200.628
2015	123.596.816
2016	119.865.718
2017	125.734.235
2018	130.349.472

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

4.2 COMPORTAMENTO DO PIB NAS MESORREGIÕES DO ESTADO

Considerando a divisão territorial proposta pelo IBGE no ano de 1989 (IBGE, 1990), o estado de Santa Catarina se divide nas seguintes mesorregiões: Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense.

Conforme a Tabela 4, o PIB das mesorregiões catarinenses apresentava diferenças significativas no primeiro ano da descentralização político-administrativa, conforme segue: a mesorregião Vale do Itajaí contava com 15,7 bilhões de reais, o maior PIB do estado em 2003. Na sequência, com 15,4 bilhões de reais, aparecia a mesorregião Norte Catarinense, seguida pelas mesorregiões Oeste Catarinense, Grande Florianópolis e Sul Catarinense, com 12,7, 9,2 e 7,4 bilhões de reais, respectivamente. Finalmente, a mesorregião Serrana, com 3,6 bilhões de reais, se consolidava com o menor PIB no estado, o que correspondia a aproximadamente 23% do PIB da mesorregião Vale do Itajaí.

Tabela 4 – Produto interno bruto segundo as mesorregiões de Santa Catarina (mil reais, 2003)

Mesorregião	PIB (mil reais)
Oeste Catarinense	12.708.125
Norte Catarinense	15.378.039
Serrana	3.611.342
Vale do Itajaí	15.733.762
Grande Florianópolis	9.218.512
Sul Catarinense	7.448.695
Santa Catarina	64.098.475

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

A participação percentual de cada mesorregião no PIB de Santa Catarina é apresentada por meio da Tabela 5, destacando-se que apenas três das seis mesorregiões do estado concentravam aproximadamente 70% do PIB catarinense, ou seja, a soma da participação percentual das mesorregiões Vale do Itajaí, Norte Catarinense e Oeste Catarinense equivalia a 68,37% do PIB estadual.

Tabela 5 – Distribuição do produto interno bruto das mesorregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2003)

Mesorregião	%
Oeste Catarinense	19,83
Norte Catarinense	23,99
Serrana	5,63
Vale do Itajaí	24,55
Grande Florianópolis	14,38
Sul Catarinense	11,62
Santa Catarina	100

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

A mesorregião Vale do Itajaí apresentou a maior participação em 2003, com 24,55% do PIB catarinense. Na sequência, apareciam as mesorregiões Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Grande Florianópolis e Sul Catarinense, com 23,99%, 19,83%, 14,38% e 11,62%,

respectivamente. Por fim, a região Serrana detinha apenas 5,63% do PIB estadual, a menor participação dentre todas as mesorregiões.

Para melhor visualização do que foi apresentado na Tabela 5, apresenta-se a Figura 2 que sintetiza a distribuição geográfica do PIB das mesorregiões no agregado estadual no ano de 2003.

Figura 2 – Distribuição geográfica do produto interno bruto das mesorregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2003)



Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

Após a apresentação da participação do PIB regional no agregado estadual no ano inicial da descentralização político-administrativa, analisa-se a evolução do indicador em cada mesorregião nos anos seguintes. Tal procedimento está amparado nas informações constantes nas Tabelas 12 e 14 (ambas no Anexo) e busca elucidar o desempenho do PIB regional ao longo de todo o período da descentralização político-administrativa.

Iniciando a análise pela mesorregião Oeste Catarinense, verifica-se que a participação da mesorregião no PIB de Santa Catarina apresentou sucessivas perdas ao longo dos anos de descentralização. Apesar da participação da mesorregião ter apresentado leves recuperações em alguns anos, essas recuperações não foram suficientes para evitar a queda expressiva da participação entre 2003 (19,83%) e 2018 (16,75%).

A mesorregião Norte Catarinense apresentou sua melhor participação no ano de 2004 (24,67%). A partir de então a participação dessa mesorregião no agregado estadual teve sucessivas quedas que culminaram na sua pior participação no ano de 2016, quando atingiu o patamar de 21,36%. Desse ano até 2018 ocorreu uma leve recuperação, incapaz de fazer a mesorregião retornar ao patamar observado no início do programa de mudanças político-administrativas.

Já a mesorregião Serrana iniciou o primeiro ano da série histórica com sua melhor participação (5,63%), comportamento similar ao observado na mesorregião Oeste Catarinense. A partir daí foram registradas sucessivas perdas de participação, culminando com sua pior participação na série no ano de 2018 (4,61%).

Por sua vez, a mesorregião Vale do Itajaí apresentou uma trajetória bastante distinta das demais mesorregiões, tendo em vista que começou o período da descentralização com seu pior desempenho (24,55%). A partir do ano inicial sua participação manifestou uma tendência de crescimento, a qual alcançou seu maior percentual no ano de 2014 (30,2%). Desta forma, a região concluiu a série praticamente nesse mesmo patamar de participação no agregado estadual (30,11%).

Na mesorregião Grande Florianópolis, observa-se que em 2003 a participação era de 14,38%, percentual que em 2004 revelou seu pior resultado durante todo o período, com 13,87% do PIB do estado. Após esse ano, sua participação ultrapassou os 14,62%, chegando a atingir 15,1% em 2009. Desse ano até 2018, o indicador oscila na casa dos 15%, chegando ao seu maior patamar em 2016 (15,56%), para concluir o ano de 2018 com o correspondente a 15,18% do PIB de Santa Catarina.

Por fim, a mesorregião Sul Catarinense iniciou o período com sua melhor participação durante todos os anos de vigência da descentralização, ou seja, 11,62% do PIB estadual no ano de 2003. Na sequência observaram-se consecutivas quedas de participação até o ano de 2007, quando a participação caiu para 10,92%. Oscilando nos anos seguintes, a participação atingiu seu menor percentual de todo o período no ano de 2012 (10,87%). Daí em diante até 2018 a participação da mesorregião Sul oscilou na casa dos 11%, finalizando o ano de 2018 com 11,11% de participação no PIB catarinense.

Analisando a participação do PIB das mesorregiões catarinenses no ano de 2018, é possível constatar, conforme Tabela 6, que a mesma dinâmica manifestada em 2003 se repetiu no referido ano. Desta forma, o maior PIB do estado seguiu sendo o verificado na mesorregião Vale do Itajaí, com 39,2 bilhões de reais. Na sequência, com 29 bilhões de reais, se posicionou a mesorregião Norte Catarinense, seguida pelas mesorregiões Oeste Catarinense, com 21,8 bilhões, Grande Florianópolis, com 19,8 bilhões e Sul Catarinense, com 14,5 bilhões de reais. A mesorregião Serrana continuou com o menor PIB do estado, patamar de 6 bilhões de reais em 2018, o que correspondia a aproximadamente 15% do PIB da mesorregião Vale do Itajaí no mesmo ano.

Tabela 6 – Produto interno bruto segundo as mesorregiões de Santa Catarina (mil reais, 2018)

Mesorregião	PIB (mil reais)
Oeste Catarinense	21.833.704
Norte Catarinense	28.988.044
Serrana	6.010.167
Vale do Itajaí	39.247.972
Grande Florianópolis	19.792.397
Sul Catarinense	14.477.188
Santa Catarina	130.349.472

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

A partir desses resultados, é possível comparar percentualmente o Produto Interno Bruto de 2018 em relação ao ano de 2003 com o intuito de identificar possíveis efeitos da política de descentralização político-administrativa. Tais informações fazem parte da Tabela 7, que compara a evolução da participação do PIB das mesorregiões no PIB agregado estadual em 2018, último ano da política de descentralização. De modo geral, o desempenho de cada uma das mesorregiões catarinenses revelou que duas delas ampliaram, enquanto todas as demais reduziram suas participações na produção agregada estadual no último ano da série.

Tabela 7 – Distribuição do produto interno bruto das mesorregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2018)

Mesorregião	%
Oeste Catarinense	16,75
Norte Catarinense	22,24
Serrana	4,61
Vale do Itajaí	30,11
Grande Florianópolis	15,18
Sul Catarinense	11,11
Santa Catarina	100

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

A mesorregião Vale do Itajaí liderou o ganho de participação, uma vez que passou de 24,55%, em 2003, para 30,11% em 2018, o que significa um aumento de 5,56% na participação da região no PIB do estado. Grande Florianópolis foi a outra mesorregião que obteve ganho de participação, ao passar de 14,38%, em 2003, para 15,18% em 2018, aumento de apenas 0,8% durante o período considerado.

Já as regiões que apresentaram queda de participação no PIB de Santa Catarina foram Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana e Sul Catarinense, com perdas de 3,08%, 1,75%, 1,02% e 0,52%, respectivamente.

A mesorregião Oeste Catarinense, que passou de 19,83% de participação em 2003 para 16,75% em 2018, apresentou a maior queda dentre as mesorregiões. Vale ressaltar que essa é aquela que mais se distancia do litoral do estado.

A segunda maior queda foi registrada na mesorregião Norte Catarinense, que teve sua participação reduzida de 23,99%, em 2003, para 22,24%, em 2018. Já a participação da

mesorregião Sul Catarinense passou de 11,62%, em 2003, para 11,11%, em 2018. Por fim, a mesorregião Serrana, que apresentou a terceira maior queda, passou de 5,63%, em 2003, para 4,61%, em 2018. Apesar de não ter apresentado a maior queda de participação dentre todas as regiões, é necessário ressaltar que desde o início da descentralização, essa mesorregião detinha um percentual extremamente baixo, cenário que acabou se agravando durante a política de descentralização do Estado.

Após o encerramento da descentralização político-administrativa no ano de 2018 observou-se que a participação acumulada das três mesorregiões com as maiores participações no PIB estadual (Vale do Itajaí, Norte Catarinense e Oeste Catarinense) atingiu 69,1% em 2018, percentual que em 2003 era de 68,37%. Neste caso, destaca-se que, além do quadro de centralização ter se mantido entre as mesmas mesorregiões no período inicial, ele acabou sendo ainda mais centralizado, particularmente no caso da mesorregião Vale do Itajaí, que acabou aumentando ligeiramente o percentual de participação no PIB estadual.

Essas mesmas informações analisadas nos parágrafos anteriores estão apresentadas visualmente na Figura 3, que dispõe a distribuição percentual do PIB de cada mesorregião no PIB de Santa Catarina no ano de 2018.

Figura 3 – Distribuição geográfica do produto interno bruto das mesorregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2018)



Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

4.3 COMPORTAMENTO DO PIB NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO

Considerando a divisão territorial proposta pelo IBGE no ano de 1989 (IBGE, 1990), o estado de Santa Catarina se divide geograficamente em vinte microrregiões, a saber: São

Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia (Mesorregião Oeste Catarinense); Canoinhas, São Bento do Sul, Joinville (Mesorregião Norte Catarinense); Curitibanos e Campos de Lages (Mesorregião Serrana); Rio do Sul, Blumenau, Itajaí, Ituporanga (Mesorregião Vale do Itajaí); Tijucas, Florianópolis, Tabuleiro (Mesorregião da Grande Florianópolis); Tubarão, Criciúma e Araranguá (Mesorregião Sul Catarinense).

Esse novo corte geográfico revela a existência de enormes desigualdades dentre as microrregiões catarinenses no que se refere ao Produto Interno Bruto, como é possível observar nas informações de 2003, conforme Tabela 8. Desta forma, nota-se que a microrregião com maior PIB no ano de 2003 foi Joinville, com 11,7 bilhões de reais, sendo seguida pelas microrregiões de Florianópolis, Blumenau, Itajaí e Chapecó, com PIB de 8,4 bilhões, 8,3 bilhões, 5,1 bilhões e 4,2 bilhões de reais, respectivamente. Isso significa que essas cinco microrregiões concentravam quase 60% do PIB do estado. Por outro lado, os piores resultados ficaram com as microrregiões Tabuleiro, Ituporanga e Tijucas, com PIB de 179, 423 e 620 milhões de reais. A soma do percentual de participação dessas três microrregiões sequer atingiu 2% do agregado estadual.

Tabela 8 – Produto interno bruto segundo as microrregiões de Santa Catarina (mil reais, 2003)

Microrregião	PIB (mil reais)
São Miguel do Oeste	1.515.872
Chapecó	4.248.416
Xanxerê	1.715.586
Joaçaba	3.716.448
Concórdia	1.511.803
Canoinhas	2.181.035
São Bento do Sul	1.536.633
Joinville	11.660.371
Curitibanos	1.224.294
Campos de Lages	2.387.049
Rio do Sul	1.819.722
Blumenau	8.349.885
Itajaí	5.141.394
Ituporanga	422.761
Tijucas	619.543
Florianópolis	8.420.421
Tabuleiro	178.549
Tubarão	2.788.508
Criciúma	3.217.556
Araranguá	1.442.631
Santa Catarina	64.098.475

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

A Tabela 9 apresenta a participação percentual de cada microrregião no PIB estadual. Como visto anteriormente em valores absolutos, destaca-se a grande concentração do PIB catarinense em cinco microrregiões do estado (Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Joinville e

Chapecó), as quais respondiam em 2003 por aproximadamente 60% da produção agregada estadual. Já outras dez microrregiões (São Miguel do Oeste, Concórdia, Xanxerê, Curitibanos, São Bento do Sul, Rio do Sul, Ituporanga, Tijucas, Tabuleiro e Araranguá) representavam aproximadamente 19% do PIB estadual.

Além desse cenário geral, é importante observar o peso das microrregiões dentro de cada mesorregião, conforme apresentado pela Tabela 16 (Anexo). Começando pela mesorregião Oeste Catarinense, composta por cinco microrregiões e que respondia por 19,83% do PIB estadual, nota-se que apenas duas microrregiões (Chapecó e Joaçaba) respondiam por aproximadamente 63% do PIB regional em 2003, o que denota a baixa participação das demais microrregiões (São Miguel do Oeste, Concórdia e Xanxerê).

Já a mesorregião Serrana, composta por apenas duas microrregiões e que respondia por 5,63% do PIB estadual, nota-se que apenas uma delas (Campos de Lages) respondia por aproximadamente 66% do PIB regional em 2003, o que denota, além da baixa participação da mesorregião, a incipiente participação da outra microrregião (Curitibanos).

Na mesorregião Norte Catarinense, composta por três microrregiões e que respondia por 23,99% do PIB estadual, nota-se que apenas uma microrregião (Joinville) respondia por aproximadamente 76% do PIB regional em 2003, o que denota a baixa participação das demais microrregiões (Canoinhas e São Bento do Sul).

Tabela 9 – Distribuição do produto interno bruto das microrregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2003)

Microrregião	%
São Miguel do Oeste	2,36
Chapecó	6,63
Xanxerê	2,68
Joaçaba	5,8
Concórdia	2,36
Canoinhas	3,4
São Bento do Sul	2,4
Joinville	18,19
Curitibanos	1,91
Campos de Lages	3,72
Rio do Sul	2,84
Blumenau	13,03
Itajaí	8,02
Ituporanga	0,66
Tijucas	0,97
Florianópolis	13,14
Tabuleiro	0,28
Tubarão	4,35
Criciúma	5,02
Araranguá	2,25
Santa Catarina	100

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

Na mesorregião Vale do Itajaí, composta por quatro microrregiões e que respondia por 24,55% do PIB estadual, nota-se que apenas duas microrregiões (Blumenau e Itajaí) respondiam por aproximadamente 86% do PIB regional em 2003, o que denota a baixa participação das demais microrregiões (Rio do Sul e Ituporanga).

Na mesorregião Grande Florianópolis, composta por três microrregiões e que respondia por 14,38% do PIB estadual, nota-se que apenas uma microrregião (Florianópolis) respondia por aproximadamente 91% do PIB regional em 2003, o que denota a baixa participação das demais microrregiões (Tijucas e Tabuleiro).

Finalmente, na mesorregião Sul Catarinense, composta por três microrregiões e que respondia por 11,62% do PIB estadual, nota-se que duas microrregiões (Tubarão e Criciúma) respondiam por aproximadamente 81% do PIB regional em 2003, o que denota a baixa participação da microrregião de Araranguá.

Em síntese, verifica-se que no ano de 2003 apenas sete microrregiões (Chapecó, Joaçaba, Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma) respondiam por aproximadamente 70% do PIB catarinense.

Com base nos dados da Tabela 9 foi elaborada a Figura 4 de forma segmentada, segundo cinco faixas de participação das microrregiões no PIB de Santa Catarina, a saber: 1ª) faixa com participação superior a 16%: aqui aparece unicamente a microrregião de Joinville; 2ª) na faixa de 12 à 16% de participação: neste caso se localizam as microrregiões de Florianópolis e Blumenau; 3ª) faixa de 8 à 12% de participação, aparecendo apenas a microrregião de Itajaí; 4ª) faixa de 4 à 8%, patamar em que se situam as microrregiões de Chapecó, Joaçaba, Criciúma e Tubarão. Todas as demais microrregiões de Santa Catarina se enquadram na 5ª faixa, que corresponde a uma participação inferior a 4% do PIB do estado.

A Tabela 10 apresenta, em termos absolutos a situação do PIB nas microrregiões catarinenses no ano de 2018. Nesse caso, nota-se que a microrregião com maior PIB no ano de 2018 foi Joinville, com R\$ 23,3 bilhões, sendo seguida pelas microrregiões de Itajaí (R\$ 19,2 bilhões), Florianópolis (R\$ 18 bilhões), Blumenau (R\$ 15,9 bilhões) e Chapecó (R\$ 8,0 bilhões). Isso significa que essas cinco microrregiões concentravam quase 66% do PIB do estado, ou seja, um aumento de 6% em relação ao ano de 2003. Neste caso, chama atenção o grande aumento registrado na microrregião de Itajaí, uma vez que em 2018 passou a ser a segunda microrregião com maior valor absoluto do PIB catarinense. Com isso, ao final da série considerada, essa microrregião apresentou um PIB 3,8 vezes maior do que o registrado em 2003.

Figura 4 – Distribuição geográfica do produto interno bruto das microrregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2003)



Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

Tabela 10 – Produto interno bruto segundo as microrregiões de Santa Catarina (mil reais, 2018)

Microrregião	PIB (mil reais)
São Miguel do Oeste	2.634.151
Chapecó	8.002.532
Xanxerê	2.342.718
Joaçaba	6.036.090
Concórdia	2.818.213
Canoinhas	3.560.984
São Bento do Sul	2.118.758
Joinville	23.308.301
Curitibanos	2.063.623
Campos de Lages	3.946.544
Rio do Sul	3.248.625
Blumenau	15.874.408
Itajaí	19.248.384
Ituporanga	876.556
Tijucas	1.519.513
Florianópolis	17.979.869
Tabuleiro	293.014
Tubarão	5.635.859
Criciúma	6.560.215
Araranguá	2.281.114
Santa Catarina	130.349.472

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

Por outro lado, os piores resultados ficaram com as microrregiões Tijucas (R\$ 1,5 bilhões), Ituporanga (R\$ 876 milhões) e Tabuleiro (R\$ 293 milhões). A soma do percentual de participação dessas três microrregiões sequer atingiu 2% do agregado estadual, percentual praticamente idêntico ao verificado em 2003.

A Tabela 11 apresenta a participação percentual de cada microrregião no PIB estadual no último ano do processo de descentralização (2018). Com o mesmo cenário do ano inicial do

processo, destaca-se a grande concentração do PIB catarinense em cinco microrregiões do estado (Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Joinville e Chapecó), as quais correspondiam em 2003 a aproximadamente 60% da produção agregada estadual e em 2018 passaram a corresponder a aproximadamente 65% da produção. Já outras dez microrregiões (São Miguel do Oeste, Concórdia, Xanxerê, Curitibanos, São Bento do Sul, Rio do Sul, Ituporanga, Tijucas, Tabuleiro e Araranguá), que representavam aproximadamente 19% do PIB estadual em 2003, passaram a representar aproximadamente 15% do PIB estadual em 2018.

Tabela 11 – Distribuição do produto interno bruto das microrregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2018)

Microrregião	%
São Miguel do Oeste	2,02
Chapecó	6,14
Xanxerê	1,8
Joaçaba	4,63
Concórdia	2,16
Canoinhas	2,73
São Bento do Sul	1,63
Joinville	17,88
Curitibanos	1,58
Campos de Lages	3,03
Rio do Sul	2,49
Blumenau	12,18
Itajaí	14,77
Ituporanga	0,67
Tijucas	1,17
Florianópolis	13,79
Tabuleiro	0,22
Tubarão	4,32
Criciúma	5,03
Araranguá	1,75
Santa Catarina	100

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

Além desse cenário geral, é importante observar o peso das microrregiões dentro de cada mesorregião, conforme apresentado pela Tabela 16 (Anexo). Começando pela mesorregião Oeste Catarinense, composta por cinco microrregiões e que respondia por 16,75% do PIB estadual, nota-se que todas essas microrregiões reduziram suas participações no agregado estadual. Apesar disso, o peso das duas microrregiões (Chapecó e Joaçaba) que em 2003 era de aproximadamente 63% do PIB regional, se manteve em aproximadamente 64% no ano de 2018, o que denota a baixa participação das outras três microrregiões.

Já a mesorregião Serrana, composta por apenas duas microrregiões e que respondia por 5,63% do PIB estadual em 2003, teve sua participação reduzida para 4,61% em 2018, fato que ocorreu nas duas microrregiões, porém com maior impacto na microrregião de Campos de

Lages, o que denota, além da baixa participação da mesorregião no agregado estadual, a incipiente participação da microrregião de Curitiba.

A mesorregião Norte Catarinense, composta por três microrregiões e que respondia por 23,99% do PIB estadual em 2003, sofreu uma redução para 22,24% em 2018, uma vez que em todas as microrregiões ocorreu redução da participação percentual no último ano da série. Ainda assim, a microrregião de Joinville passou a responder por aproximadamente 81% do PIB regional em 2018, ou seja, uma ampliação de mais de cinco pontos percentuais em relação ao ano de 2003. Esse comportamento, além de mostrar uma tendência de concentração nessa microrregião, denota a baixa participação das demais microrregiões (Canoinhas e São Bento do Sul).

A mesorregião Vale do Itajaí, composta por quatro microrregiões e que respondia por 24,55% do PIB estadual em 2003, passou para 30,11% em 2018. Em grande parte, essa maior participação ocorreu em função do expressivo aumento da participação da microrregião de Itajaí, cuja participação saltou de 8,02%, em 2003, para 14,77% em 2018. Com isso, nota-se que apenas duas microrregiões (Blumenau e Itajaí) respondiam por aproximadamente 89% do PIB regional em 2018, o que denota a baixa participação das demais microrregiões (Rio do Sul e Ituporanga).

A mesorregião Grande Florianópolis, composta por três microrregiões e que respondia por 14,38% do PIB estadual em 2003, aumentou sua participação para 15,18% em 2018. Com isso, nota-se que apenas uma microrregião (Florianópolis) continuou respondendo por 91% do PIB regional em 2018, o que denota a baixa participação das demais microrregiões (Tijucas e Tabuleiro).

Finalmente, a mesorregião Sul Catarinense, composta por três microrregiões e que respondia por 11,62% do PIB estadual em 2003, reduziu sua participação para 11,11% em 2018. Destaca-se a forte queda da microrregião de Araranguá, o que denota a baixa participação dessa microrregião, tanto no agregado regional como no agregado estadual. As outras duas microrregiões, Tubarão e Criciúma, reduziram e ampliaram levemente suas participações no PIB regional em 2018, respectivamente.

Em síntese, verifica-se que no ano de 2018 apenas cinco microrregiões (Chapecó, Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis) respondiam por aproximadamente 65% do PIB catarinense, o que revela uma ampliação da participação no agregado estadual, especialmente das microrregiões localizadas na faixa litorânea do estado.

Com base nos dados da Tabela 11 foi elaborada a Figura 5, de acordo com cinco faixas de participação das microrregiões no PIB de Santa Catarina em 2018, a saber: 1ª) faixa com

participação superior a 16%: localiza-se somente a microrregião de Joinville; 2ª) faixa de 12 à 16% de participação: se localizam as microrregiões de Florianópolis, Blumenau e Itajaí; 3ª) faixa de 8 à 12% de participação, sem nenhuma microrregião (esclarecimento a seguir); 4ª) faixa de 4 à 8%, patamar em que se situam as microrregiões de Chapecó, Joaçaba, Criciúma e Tubarão. Todas as demais microrregiões de Santa Catarina se enquadram na 5ª faixa, que corresponde a uma participação inferior a 4% do PIB do estado.

É necessário mencionar que, apesar de a faixa de 8 à 12% não ter apresentado nenhuma microrregião em 2018, a mesma segmentação foi mantida nas Figuras 4 e 5. Continuidade que foi pensada para que fosse possível estabelecer uma comparação simplificada entre a distribuição geográfica da Figura 5 com a Figura 4 e uma visualização mais nítida da concentração que ocorreu na microrregião de Itajaí, que passou da faixa de 8 à 12% para a faixa de 12 à 16%, concluindo 2018 com 14,77% de participação no PIB de Santa Catarina, única alteração significativa diante da segmentação proposta.

Figura 5 – Distribuição geográfica do produto interno bruto das microrregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2018)



Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

4.4 CONCLUSÕES

Diante dos dados referentes ao período da descentralização expostos neste trabalho ficou claro que as desigualdades regionais no estado de Santa Catarina – medidas em termos da evolução do PIB – cresceram no período da “descentralização político-administrativa”. Olhando na perspectiva das mesorregiões, nota-se que no ano inicial dessa política (2003), três

das seis mesorregiões concentravam cerca de 70% do PIB do estado. Após o final desse processo no ano de 2018, as mesmas três mesorregiões (Oeste Catarinense, Norte Catarinense e Vale do Itajaí) seguiam concentrando cerca de 70% do PIB do estado.

Todavia, quando se considera as microrregiões do estado, observa-se que a concentrou aumento, uma vez que no ano de 2003 sete das vinte microrregiões de Santa Catarina (Chapecó, Joaçaba, Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma) concentravam cerca de 70% do PIB estadual. Mesmo com avanço da política de descentralização, nota-se que a concentração do PIB em Santa Catarina não diminuiu, ao contrário, o que de fato ocorreu foi um agravamento ainda maior do cenário de concentração no estado, uma vez que no ano de 2018 o percentual do PIB catarinense, que antes estava bastante concentrado em sete microrregiões, ao final do processo estava concentrado em apenas cinco microrregiões (Chapecó, Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis), as quais respondiam por 65% do PIB estadual.

Destaca-se que, não fosse o fato da microrregião de Itajaí ter apresentado um crescimento tão expressivo em 2018, a dinâmica retratada nesse ano seria praticamente a mesma registrada em 2003. Enquanto em 2003 as microrregiões com maior participação eram Joinville, Florianópolis e Blumenau, com Itajaí em quarto lugar, em 2018 a microrregião de Itajaí passou a apresentar a segunda maior participação na produção agregada estadual.

Em síntese, o processo de descentralização político-administrativa não foi capaz de reverter o quadro de concentração da produção nas áreas litorâneas do estado. Ao contrário, após a conclusão da política de descentralização o que se observou foi uma ampliação da participação do PIB catarinense exatamente das microrregiões localizadas na faixa litorânea de Santa Catarina, ou seja, um aprofundamento da concentração existente anteriormente ao início da política estadual implementada entre 2003 e 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisou-se o processo de descentralização político-administrativa implementado em Santa Catarina entre 2003 e 2018 e seus efeitos sobre o comportamento do Produto Interno Bruto das mesorregiões e microrregiões do estado, visando captar possíveis alterações no desenvolvimento regional catarinense ao longo do período de implantação da referida política.

Para contemplar os objetivos propostos, o trabalho foi dividido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. Na introdução e no segundo capítulo foram apresentadas uma breve descrição da estrutura econômica de Santa Catarina, listando as atividades econômicas de cada uma das seis mesorregiões, além de uma revisão geral acerca do crescimento econômico e desenvolvimento regional catarinense com base nos autores que discorreram sobre esses temas, dando ênfase ao fenômeno da litoralização em Santa Catarina.

No terceiro capítulo foi descrita a implementação do processo de descentralização político-administrativa em Santa Catarina, contextualizando seu surgimento com a experiência inicial dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado, passando pelas motivações para a descentralização e chegando-se a sua estrutura final, bem como a desativação da referida política.

Por fim, no quarto capítulo foram apresentados os resultados do Produto Interno Bruto das mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina referentes ao período de 2003 a 2018. Os valores do PIB foram deflacionados, visando comparação com os resultados apresentados no ano inicial da descentralização. Nesse capítulo analisaram-se os valores do PIB referentes as seis mesorregiões e vinte microrregiões do estado, sempre buscando elaborar comparações entre os resultados durante o período e dentro os dois períodos de referência.

Recuperando o que foi apresentado anteriormente nesse trabalho, a descentralização político-administrativa visava “promover o desenvolvimento do Estado, a sua conseqüente distribuição populacional pelo território catarinense, a democratização das ações com amplo engajamento das comunidades, a regionalização do orçamento e a transparência do processo.” (SANTA CATARINA, 2003). Em outras palavras, um dos pontos centrais do processo era a busca por reduzir as disparidades populacionais entre as regiões do estado, com o intuito de combater a chamada “litoralização”.

A estratégia de descentralização foi implementada diante de um cenário de concentração do PIB do estado, principalmente nas microrregiões de Chapecó, Joaçaba, Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma. Nesse caso, as sete microrregiões

respondiam por 69,83% do PIB de Santa Catarina no ano de 2003, cabendo às outras treze microrregiões os 30,17% restantes.

Após os dezesseis anos de descentralização político-administrativa, a concentração do PIB foi aprofundada. Conseqüentemente, cinco (Chapecó, Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis) das sete microrregiões citadas anteriormente (Chapecó, Joaçaba, Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma) passaram a responder por 64,76% do PIB de Santa Catarina, cabendo às outras quinze microrregiões os 35,24% restantes.

Como é possível observar, Joinville, Itajaí, Florianópolis e Blumenau, todas localizadas na porção litorânea do estado, começaram sendo as quatro microrregiões com as maiores participações no PIB do estado em 2003, e acabaram se encontrando na mesma situação em 2018. Analisando os dados do período completo de vigência, fica evidente que essas quatro microrregiões permaneceram nessa situação durante todos os anos da descentralização, ainda que alternando entre si algumas posições. Além de permanecerem como as microrregiões com maior participação, é notável o agravamento no quadro de concentração do indicador em cada uma delas.

Considerando que nenhuma mudança significativa ocorreu na distribuição do PIB de Santa Catarina entre as mesorregiões e microrregiões, é possível afirmar que a política de descentralização não foi capaz de evitar a continuidade do processo de litoralização. Sendo assim, a resposta ao problema de pesquisa deste trabalho é que não ocorreram alterações nas desigualdades regionais diante da estratégia de descentralização. As motivações que implicam na migração observada no estado continuam sendo a realidade concreta do território catarinense.

Para trabalhos futuros, recomenda-se (i) acrescentar à análise outros indicadores que contribuam para verificar as possíveis mudanças nas desigualdades regionais (emprego, renda, IDH, entre outros); (ii) analisar individualmente o PIB dos municípios catarinenses e (iii) analisar outras políticas que se colocam como alternativas para interromper o processo de litoralização.

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC). **Diário Oficial da Alesc**. Nº 5.059/2003. Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/5059dia.PDF>. Acesso em: 22 set. 2021.
- BENKO, Georges. **A ciência regional**. Oeiras: Celta, 1999.
- BIRKNER, W. M. K. **Capital social em Santa Catarina**: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional. Blumenau: EdiFurb, 2006.
- BIRKNER, W. M. K. Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: um estudo comparativo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 297-311, jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/13912/9366>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- BRUM, M. G. M. **Descentralização e desenvolvimento regional**: a experiência na região de Curitibaanos. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/866/maria_da_graca_martins_brum_silveira.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.
- COGO, E. L.; DALLABRIDA, V. R. Avaliação dos processos de descentralização nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: o marco jurídico como respaldo à participação social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 175-190, jul./dez. 2012.
- DIAS, T. **Governança Pública**: uma concepção teórico-analítica aplicada no governo do Estado de Santa Catarina a partir da implantação das Secretarias de Desenvolvimento Regional. 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100650>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 85-94, mar. 2013. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649/2325>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- FILIPPIM, E. S.; ABRUCIO F. L. Quando Descentralizar é Concentrar Poder: o Papel do Governo Estadual na Experiência Catarinense. **RAC**, Curitiba, v.14, n. 2, p. 212-228, mar./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/XWh7W6JtPsMNMPstxhQ58mn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2021.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1961.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- GOULARTI, J. G. Orçamento estadual regionalizado: a experiência de Santa Catarina. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 6-24, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4503>. Acesso em: 22 set. 2021.
- GOULARTI FILHO, A.; ZUCHINALI, M. C. Centralização e descentralização: a continuidade da litoralização do crédito em Santa Catarina. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 315-327, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/5fbMc7wcmhCyw7WmKwhD3Ln/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.
- LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LEWIS, W. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2003.
- MARX, Karl. **O Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATTEI, L. Economia catarinense: crescimento com desigualdades regionais. **Textos para Discussão**, Florianópolis: NECAT/UFSC, n. 010, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1efpv-J17PUczmmPXzADlINgzxN2oRoBq/view>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- MATTEI, L. A descentralização político-administrativa no estado de Santa Catarina em debate. **Textos para Discussão**, Florianópolis: NECAT/UFSC, n. 014, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1nxxdRe1YNJKsWkWjHiW_pd9oi-VN-uTD/view. Acesso em: 01 mar. 2022.
- MATTEI, L. Mudanças recentes na política de descentralização do estado em Santa Catarina. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 243-262, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Mudancas-recentes-na-politica-de-descentralizacao-do-Estado-de-Santa-Catarina.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- MATTEI, L.; RODOLFO, F.; TEIXEIRA, F. W. Economia catarinense: crescimento com desigualdades e concentração regional e setorial. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 8-17, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4535/3463>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- MIOTO, B. T. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 31-36, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4538/3468>. Acesso em: 24 jan. 2022.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai./dez. 2003. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **Proyecto "Raúl Prebisch y los desafíos del desarrollo del Siglo XXI"**, Santiago, 2012. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40010/prebisch_desarrollo_problemas.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

RUDNICK L. T.; MATTEDI, M. A. Uma análise da política de descentralização administrativa em Santa Catarina, 2003 – 2009. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 25-44, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://stat.necat.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/view/2914>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 157, de 09 de setembro de 1997**. Regulamenta os §§ 5º, 6º e 7º do artigo 120 da Constituição Estadual, e adota outras providências. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, [1997]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-157-1997-santa-catarina-regulamenta-os-5-6-e-7-do-artigo-120-da-constituicao-estadual-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003**. Estabelece nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, [2003]. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/243_2003_Lei_complementar.html. Acesso em: 22 dez. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005**. Estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, [2005]. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2005/284_2005_Lei_complementar.html. Acesso em: 22 dez. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007**. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, [2007]. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2007/381_2007_Lei_complementar.html. Acesso em: 22 dez. 2021.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.537, de 14 de março de 2018. Extingue cargos e funções públicas na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e das Agências de Desenvolvimento Regional e estabelece outras providências. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 15 mar. 2018. Disponível em:

<https://sigio2.doe.sea.sc.gov.br/sigio/Portal/VisualizarJornal.aspx?tp=pap&cd=1856>. Acesso em: 01 mar. 2022.

SANTA CATARINA. Decreto nº 3, de 18 de janeiro de 2019. Dispõe sobre o processo de desativação das Agências de Desenvolvimento Regionais (ADRs) e estabelece outras providências. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 21 jan. 2019. Disponível em:

<https://sigio2.doe.sea.sc.gov.br/sigio/Portal/VisualizarJornal.aspx?tp=pap&cd=2064>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SEABRA, F.; BEZ, R.; BORNSCHEIN, F. C. O efeito litoralização e a distribuição regional de renda e de população em Santa Catarina. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 197-216, jun. 2011. Disponível em:

<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2285/0>. Acesso em: 24 jan. 2021.

SIEDENBERG, D. R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: Dinizar F. Becker e Milton Wittmann (org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SILVA, L. F. **Instituições, Governança e Desenvolvimento Regional: O Debate sobre a Descentralização Administrativa no Estado de Santa Catarina**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2017. Disponível em: https://bu.furb.br//docs/TE/2017/363201_1_1.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

SILVA, M. C.; MATTEI, L. Breves notas sobre a demografia na região da Grande Florianópolis na primeira década do século XXI. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 89-101, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4513/3439>. Acesso em: 24 jan. 2021.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, C. M. M.; THEIS, I. M. **Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas**. Blumenau: Edifurb, 2009.

TAYLOR, J. E. The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process. **International Migration**, v. 37, n. 1, 1999.

THEIS, I. M. Globalização e planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí. In: Cláudia Siebert (org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas**. Blumenau: Edifurb, p. 213-244, 2001.

THEIS, I. M. **Desenvolvimento e meio ambiente em Santa Catarina: a questão ambiental em escala local/regional**. Joinville: Editora Univille, 2006.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324/510>. Acesso em: 23 dez. 2021.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. Planejamento e desenvolvimento desigual em Santa Catarina. In: Olga Lucia C. de Freitas Firkowski (org.). **Transformações territoriais: experiências e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 243-265, 2010.

THEIS, I. M.; ZUMMACH, F. C. Desenvolvimento desigual em Santa Catarina: a experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional. In: VII Encontro de Economia Catarinense: crescimento e desindustrialização, 2013, Florianópolis. **Anais do VII Encontro de Economia Catarinense**. Florianópolis: APEC/UFSC, 2013.

VAZ, J. P. **Desigualdade Social e Produtividade Social no Brasil de 1960-2000**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX**. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03022010-143611/publico/EDSON_TRAJANO_VIEIRA.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **G&DR**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679/296>. Acesso em: 23 dez. 2021.

ANEXO

Tabela 12 – Produto interno bruto segundo as mesorregiões de Santa Catarina (mil reais, 2003 a 2018)

	(continua)							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Oeste Catarinense	12.708.125	13.389.862	13.450.167	13.969.940	15.559.782	17.237.207	17.325.176	19.213.589
Norte Catarinense	15.378.039	16.882.147	17.505.438	18.932.398	20.623.368	22.707.199	22.422.324	25.005.613
Serrana	3.611.342	3.614.270	3.664.824	3.872.630	4.255.810	4.807.337	4.704.520	5.351.290
Vale do Itajaí	15.733.762	17.215.241	18.516.609	20.573.208	22.359.867	24.669.043	25.821.603	29.685.710
Grande Florianópolis	9.218.512	9.487.612	10.483.802	11.539.269	12.615.536	13.937.742	14.400.206	16.214.135
Sul Catarinense	7.448.695	7.829.981	8.088.178	8.749.921	9.244.624	10.262.994	10.710.293	11.771.724
Santa Catarina	64.098.475	68.419.113	71.709.017	77.637.367	84.658.988	93.621.523	95.384.123	107.242.062

Tabela 12 – Produto interno bruto segundo as mesorregiões de Santa Catarina (mil reais, 2003 a 2018)

	(conclusão)							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Oeste Catarinense	20.980.912	21.051.406	22.868.445	22.493.807	20.769.423	20.848.472	21.277.362	21.833.704
Norte Catarinense	25.951.102	26.647.522	28.030.429	28.903.014	27.562.885	25.602.946	27.539.443	28.988.044
Serrana	5.370.330	6.092.728	5.943.376	6.277.389	6.052.338	6.085.409	6.229.829	6.010.167
Vale do Itajaí	31.898.372	33.870.651	35.640.805	40.225.016	36.088.994	35.033.468	37.656.015	39.247.972
Grande Florianópolis	17.313.435	18.136.782	18.990.124	20.310.217	19.089.551	18.648.384	18.968.064	19.792.397
Sul Catarinense	12.507.662	12.902.043	13.879.461	14.991.187	14.033.625	13.647.039	14.063.523	14.477.188
Santa Catarina	114.021.813	118.701.133	125.352.640	133.200.628	123.596.816	119.865.718	125.734.235	130.349.472

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

Tabela 13 – Produto interno bruto segundo as microrregiões de Santa Catarina (mil reais, 2003 a 2018)

(continua)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
São Miguel do Oeste	1.515.872	1.577.107	1.592.942	1.651.563	1.869.391	2.110.545	2.110.820	2.196.827
Chapecó	4.248.416	4.518.366	4.517.815	4.710.709	5.439.356	6.150.043	6.043.358	6.926.390
Xanxerê	1.715.586	1.768.609	1.722.737	1.710.381	2.004.804	2.277.646	2.324.793	2.401.477
Joaçaba	3.716.448	3.907.260	4.053.787	4.215.214	4.470.883	4.749.142	4.737.086	5.191.510
Concórdia	1.511.803	1.618.519	1.562.885	1.682.073	1.775.349	1.949.831	2.109.118	2.497.385
Canoinhas	2.181.035	2.364.494	2.278.106	2.257.436	2.419.100	2.786.687	2.785.413	2.952.615
São Bento do Sul	1.536.633	1.676.444	1.675.199	1.717.271	1.708.298	1.781.146	1.741.749	1.913.670
Joinville	11.660.371	12.841.208	13.552.132	14.957.692	16.495.969	18.139.367	17.895.163	20.139.329
Curitibanos	1.224.294	1.162.914	1.142.041	1.214.604	1.489.215	1.732.251	1.691.004	1.910.689
Campos de Lages	2.387.049	2.451.356	2.522.783	2.658.027	2.766.595	3.075.086	3.013.516	3.440.601
Rio do Sul	1.819.722	1.941.461	2.045.620	2.174.824	2.243.321	2.515.733	2.559.007	2.793.978
Blumenau	8.349.885	8.926.248	9.506.999	10.443.893	11.281.655	11.961.470	12.179.390	13.872.193
Itajaí	5.141.394	5.897.774	6.498.735	7.482.469	8.309.138	9.596.168	10.465.887	12.308.248
Ituporanga	422.761	449.757	465.256	472.023	525.753	595.672	617.320	711.292
Tijucas	619.543	676.192	718.790	781.005	869.888	971.728	1.022.359	1.222.818
Florianópolis	8.420.421	8.625.776	9.585.493	10.543.407	11.553.678	12.752.797	13.138.613	14.724.759
Tabuleiro	178.549	185.644	179.520	214.856	191.970	213.217	239.234	266.558
Tubarão	2.788.508	2.887.476	3.039.049	3.470.294	3.651.471	4.124.318	4.254.540	4.581.546
Criciúma	3.217.556	3.499.858	3.625.450	3.864.367	4.093.950	4.475.957	4.643.524	5.261.224
Araranguá	1.442.631	1.442.648	1.423.679	1.415.260	1.499.203	1.662.719	1.812.228	1.928.954
Santa Catarina	64.098.475	68.419.113	71.709.017	77.637.367	84.658.988	93.621.523	95.384.123	107.242.062

Tabela 13 – Produto interno bruto segundo as microrregiões de Santa Catarina (mil reais, 2003 a 2018)

	(conclusão)							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
São Miguel do Oeste	2.466.733	2.524.619	2.839.535	2.760.614	2.531.422	2.566.615	2.593.842	2.634.151
Chapecó	7.671.606	7.857.118	8.413.791	8.141.583	7.352.426	7.404.924	7.608.271	8.002.532
Xanxerê	2.782.698	2.829.314	3.024.566	2.468.536	2.265.042	2.293.334	2.309.763	2.342.718
Joaçaba	5.478.726	5.467.998	5.891.383	6.436.843	5.785.631	5.790.640	5.944.540	6.036.090
Concórdia	2.581.149	2.372.357	2.699.170	2.686.231	2.834.903	2.792.958	2.820.947	2.818.213
Canoinhas	3.072.994	3.234.250	3.627.322	3.617.953	3.185.841	3.157.438	3.359.604	3.560.984
São Bento do Sul	2.139.632	2.186.232	2.242.803	2.448.256	2.059.521	1.886.245	2.060.535	2.118.758
Joinville	20.738.475	21.227.040	22.160.304	22.836.805	22.317.523	20.559.263	22.119.303	23.308.301
Curitibanos	1.926.263	2.033.553	2.115.464	2.149.077	2.043.839	2.029.468	2.140.997	2.063.623
Campos de Lages	3.444.068	4.059.176	3.827.912	4.128.313	4.008.498	4.055.941	4.088.832	3.946.544
Rio do Sul	2.925.221	3.069.702	3.161.573	3.530.149	3.032.120	2.972.334	3.208.700	3.248.625
Blumenau	14.633.741	15.074.774	15.500.399	18.047.717	15.514.388	14.881.810	15.570.147	15.874.408
Itajaí	13.657.037	14.922.157	16.117.186	17.777.981	16.759.235	16.376.890	18.056.349	19.248.384
Ituporanga	682.373	804.018	861.647	869.169	783.250	802.435	820.818	876.556
Tijucas	1.241.855	1.295.644	1.460.291	1.605.058	1.468.685	1.427.433	1.481.035	1.519.513
Florianópolis	15.823.621	16.594.982	17.233.273	18.420.636	17.353.921	16.948.908	17.221.634	17.979.869
Tabuleiro	247.959	246.156	296.560	284.523	266.944	272.043	265.394	293.014
Tubarão	4.746.148	5.069.633	5.533.327	5.746.648	5.257.461	5.265.774	5.374.881	5.635.859
Criciúma	5.802.401	5.766.627	6.228.645	6.935.984	6.624.980	6.225.994	6.421.616	6.560.215
Araranguá	1.959.113	2.065.783	2.117.489	2.308.554	2.151.184	2.155.272	2.267.027	2.281.114
Santa Catarina	114.021.813	118.701.133	125.352.640	133.200.628	123.596.816	119.865.718	125.734.235	130.349.472

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

Tabela 14 – Distribuição do produto interno bruto das mesorregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2003 a 2018)

	(continua)							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Oeste Catarinense	19,83	19,57	18,76	17,99	18,38	18,41	18,16	17,92
Norte Catarinense	23,99	24,67	24,41	24,39	24,36	24,25	23,51	23,32
Serrana	5,63	5,28	5,11	4,99	5,03	5,13	4,93	4,99
Vale do Itajaí	24,55	25,16	25,82	26,5	26,41	26,35	27,07	27,68
Grande Florianópolis	14,38	13,87	14,62	14,86	14,9	14,89	15,1	15,12
Sul Catarinense	11,62	11,44	11,28	11,27	10,92	10,96	11,23	10,98
Santa Catarina	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 14 – Distribuição do produto interno bruto das mesorregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2003 a 2018)

	(conclusão)							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Oeste Catarinense	18,4	17,73	18,24	16,89	16,8	17,39	16,92	16,75
Norte Catarinense	22,76	22,45	22,36	21,7	22,3	21,36	21,9	22,24
Serrana	4,71	5,13	4,74	4,71	4,9	5,08	4,95	4,61
Vale do Itajaí	27,98	28,53	28,43	30,2	29,2	29,23	29,95	30,11
Grande Florianópolis	15,18	15,28	15,15	15,25	15,45	15,56	15,09	15,18
Sul Catarinense	10,97	10,87	11,07	11,25	11,35	11,39	11,19	11,11
Santa Catarina	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

Tabela 15 – Distribuição do produto interno bruto das microrregiões no produto interno bruto de Santa Catarina (participação percentual, 2003 a 2018)

(conclusão)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
São Miguel do Oeste	2,16	2,13	2,27	2,07	2,05	2,14	2,06	2,02
Chapecó	6,73	6,62	6,71	6,11	5,95	6,18	6,05	6,14
Xanxerê	2,44	2,38	2,41	1,85	1,83	1,91	1,84	1,8
Joaçaba	4,8	4,61	4,7	4,83	4,68	4,83	4,73	4,63
Concórdia	2,26	2	2,15	2,02	2,29	2,33	2,24	2,16
Canoinhas	2,7	2,72	2,89	2,72	2,58	2,63	2,67	2,73
São Bento do Sul	1,88	1,84	1,79	1,84	1,67	1,57	1,64	1,63
Joinville	18,19	17,88	17,68	17,14	18,06	17,15	17,59	17,88
Curitibanos	1,69	1,71	1,69	1,61	1,65	1,69	1,7	1,58
Campos de Lages	3,02	3,42	3,05	3,1	3,24	3,38	3,25	3,03
Rio do Sul	2,57	2,59	2,52	2,65	2,45	2,48	2,55	2,49
Blumenau	12,83	12,7	12,37	13,55	12,55	12,42	12,38	12,18
Itajaí	11,98	12,57	12,86	13,35	13,56	13,66	14,36	14,77
Ituporanga	0,6	0,68	0,69	0,65	0,63	0,67	0,65	0,67
Tijucas	1,09	1,09	1,16	1,2	1,19	1,19	1,18	1,17
Florianópolis	13,88	13,98	13,75	13,83	14,04	14,14	13,7	13,79
Tabuleiro	0,22	0,21	0,24	0,21	0,22	0,23	0,21	0,22
Tubarão	4,16	4,27	4,41	4,31	4,25	4,39	4,27	4,32
Criciúma	5,09	4,86	4,97	5,21	5,36	5,19	5,11	5,03
Araranguá	1,72	1,74	1,69	1,73	1,74	1,8	1,8	1,75
Santa Catarina	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.

Tabela 16 – Distribuição do produto interno bruto das microrregiões no produto interno bruto da mesorregião (participação percentual, 2003 a 2018)

(continua)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
São Miguel do Oeste	11,93	11,78	11,84	11,82	12,01	12,24	12,18	11,43
Chapecó	33,43	33,74	33,59	33,72	34,96	35,68	34,88	36,05
Xanxerê	13,5	13,21	12,81	12,24	12,88	13,21	13,42	12,5
Joaçaba	29,24	29,18	30,14	30,17	28,73	27,55	27,34	27,02
Concórdia	11,9	12,09	11,62	12,04	11,41	11,31	12,17	13
Canoinhas	14,18	14,01	13,01	11,92	11,73	12,27	12,42	11,81
São Bento do Sul	9,99	9,93	9,57	9,07	8,28	7,84	7,77	7,65
Joinville	75,82	76,06	77,42	79,01	79,99	79,88	79,81	80,54
Curitibanos	33,9	32,18	31,16	31,36	34,99	36,03	35,94	35,71
Campos de Lages	66,1	67,82	68,84	68,64	65,01	63,97	64,06	64,29
Rio do Sul	11,57	11,28	11,05	10,57	10,03	10,2	9,91	9,41
Blumenau	53,07	51,85	51,34	50,76	50,45	48,49	47,17	46,73
Itajaí	32,68	34,26	35,1	36,37	37,16	38,9	40,53	41,46
Ituporanga	2,69	2,61	2,51	2,29	2,35	2,41	2,39	2,4
Tijucas	6,72	7,13	6,86	6,77	6,9	6,97	7,1	7,54
Florianópolis	91,34	90,92	91,43	91,37	91,58	91,5	91,24	90,81
Tabuleiro	1,94	1,96	1,71	1,86	1,52	1,53	1,66	1,64
Tubarão	37,44	36,88	37,57	39,66	39,5	40,19	39,72	38,92
Criciúma	43,2	44,7	44,82	44,16	44,28	43,61	43,36	44,69
Araranguá	19,37	18,42	17,6	16,17	16,22	16,2	16,92	16,39

Tabela 16 – Distribuição do produto interno bruto das microrregiões no produto interno bruto da mesorregião (participação percentual, 2003 a 2018)

(conclusão)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
São Miguel do Oeste	11,76	11,99	12,42	12,27	12,19	12,31	12,19	12,06
Chapecó	36,56	37,32	36,79	36,19	35,4	35,52	35,76	36,65
Xanxerê	13,26	13,44	13,23	10,97	10,91	11	10,86	10,73
Joaçaba	26,11	25,97	25,76	28,62	27,86	27,77	27,94	27,65
Concórdia	12,3	11,27	11,8	11,94	13,65	13,4	13,26	12,91
Canoinhas	11,84	12,14	12,94	12,52	11,56	12,33	12,2	12,28
São Bento do Sul	8,24	8,2	8	8,47	7,47	7,37	7,48	7,31
Joinville	79,91	79,66	79,06	79,01	80,97	80,3	80,32	80,41
Curitibanos	35,87	33,38	35,59	34,24	33,77	33,35	34,37	34,34
Campos de Lages	64,13	66,62	64,41	65,76	66,23	66,65	65,63	65,66
Rio do Sul	9,17	9,06	8,87	8,78	8,4	8,48	8,52	8,28
Blumenau	45,88	44,51	43,49	44,87	42,99	42,48	41,35	40,45
Itajaí	42,81	44,06	45,22	44,2	46,44	46,75	47,95	49,04
Ituporanga	2,14	2,37	2,42	2,16	2,17	2,29	2,18	2,23
Tijucas	7,17	7,14	7,69	7,9	7,69	7,65	7,81	7,68
Florianópolis	91,4	91,5	90,75	90,7	90,91	90,89	90,79	90,84
Tabuleiro	1,43	1,36	1,56	1,4	1,4	1,46	1,4	1,48
Tubarão	37,95	39,29	39,87	38,33	37,46	38,59	38,22	38,93
Criciúma	46,39	44,7	44,88	46,27	47,21	45,62	45,66	45,31
Araranguá	15,66	16,01	15,26	15,4	15,33	15,79	16,12	15,76

Fonte: IBGE; Elaborado pela autora.